



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

ACTA N.º 09/2003

ACTA DA 2ª REUNIÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2003 **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e três, pelas vinte e uma horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em 2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e Secretariada por José Manuel Tudela e Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, respectivamente 1º e 2º Secretários, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

II – ORDEM DO DIA-----

- PONTO 2** – As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004-----
- PONTO 3** – Taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis a Cobrar em 2004-----
- PONTO 4** – Pedido de Autorização para Contracção de Empréstimos de Curto Prazo para o Ano 2004-----
- PONTO 5** – Projecto de Tabelas de Taxas e Tarifas para 2004-----
- PONTO 6** – Projecto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais --
- PONTO 7** – Projecto de Regulamento Municipal de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta – Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes-----
- PONTO 8** – Projecto de Regulamento de Venda Ambulante-----
- PONTO 9** – Projecto de Regulamento de Venda em Feiras e Mercados Municipais-----
- PONTO 10** - Projecto de Regulamento de Instalações e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos-----
- PONTO 11** - Projecto de Regulamento para o Licenciamento das Actividades Diversas Previstas no Decreto-Lei nº 264/2002 de 25 de Novembro e no Decreto-Lei nº 310/2002 de 18 de Dezembro -----
- PONTO 12** – Aditamento de um nº2 ao Artigo 10º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e do Mobiliário Urbano-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 13 – Composição do Conselho Municipal de Educação - Proposta de Nomeação do novo Representante das Forças de Segurança e Proposta de Nomeação de um Representante dos Serviços Públicos na Área da Juventude e do Desporto-----

PONTO 14 – Abertura do Procedimento Concursal para Aluguer Operacional de Trinta e Três Viaturas pelo Período de Quarenta Oito Meses-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada do **PS**, o Deputado Municipal Jorge Mota Ramos da Silva, por António Rosinhas.-----

Na bancada do **PS**, o Deputado Municipal Carlos Fortes Ribeiro, por Abel Carvalho dos Santos.-----

Na bancada do **PS**, o Deputado Municipal Francisco Silva, por Pedro de Almeida Santos.-----

Na bancada da **CDU**, o Deputado Municipal Carlos Silva Santos, por Fátima Amaral-----

Na bancada da **CDU**, o Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilídio Ferreira, pelo seu substituto legal, Maria João Tavares.-----

Na bancada da **CDU**, o Deputado Municipal Fernando Lourenço Baptista, por Adventino Pinheiro Amaro.-----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada uma **Proposta de Desagendamento dos pontos 6,8,9,10,11 e 12 da Ordem de Trabalhos** bem como da **realização da 1ª Sessão Extraordinária de 2004**, incluindo esses mesmos pontos, que seguidamente se transcreve:-----

“Considerando a extensa Ordem de Trabalhos da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e que após a realização da sua 1ª reunião só se analisou o ponto 1, estando agendados ainda 13 Pontos, e que nesta 2ª reunião não se esgotará a agenda, proponho:-----

1- O desagendamento dos Pontos 6,8,9,10,11,12 ;-----

2- Sugiro a realização de uma Sessão Extraordinária a realizar no próximo dia 8 de Janeiro de 2004, pelas 20h30m, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, cuja Ordem de Trabalhos será constituída pelos pontos que sobre os quais não haverá deliberação e que será a seguinte:-----

PONTO 1 – Projecto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais --- (Ponto 6)-----

PONTO 2 – Projecto de Regulamento de Venda Ambulante (Ponto 8)-----

PONTO 3 – Projecto de Regulamento de Venda em Feiras e Mercados Municipais (Ponto 9)-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 4 - Projecto de Regulamento de Instalações e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos (Ponto 10)-----

PONTO 5 - Projecto de Regulamento para o Licenciamento das Actividades Diversas Previstas no Decreto-Lei nº 264/2002 de 25 de Novembro de 18 Dezembro e no Decreto Lei nº 310/2002 (Ponto 11)-----

PONTO 6 – Aditamento ao Artigo 10º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e do Mobiliário Urbano (Ponto 12).”-----

Colocada à votação a sua admissão para discussão foi **Aprovada por Unanimidade**, tendo sido distribuída por todo os Deputados Municipais a respectiva convocatória.-----

Não se tendo registado nenhuma intervenção foi colocada à votação tendo sido **Aprovada por Unanimidade**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal registou-se a presença de **34** Membros da Assembleia Municipal.-----

Registaram-se as ausências dos Deputados Municipais:-----

Pela bancada do **PS**: Ricardo Maximiano, Armando Ramalho, Fernanda Franchi e Pedro de Almeida.-----

Pela bancada do **PSD**: Sandra Pereira e Ricardo Cordeiro.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Manuel Porfírio Vargès e 8 Vereadores dos 10 que compõe o Executivo Camarário.-----

Havendo quórum, a **Senhora Presidente** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

Pelas 21h10m registou-se a entrada dos seguintes Deputados Municipais:-----

Pela bancada do **PS**: Ricardo Maximiano, Pedro de Almeida, Armando Ramalho e Fernanda Franchi,-----

Pela bancada do **PSD**: Sandra Pereira e Ricardo Cordeiro.-----

PONTO 2 – AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2004-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Presente para deliberação, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2004, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcreve:-----

“Aos Municípios, como órgãos eleitos da Administração Local, cabe-lhes um papel fundamental na resolução concreta dos problemas dos nossos cidadãos ao nível das suas necessidades individuais de bem estar e de qualidade de vida no espaço do nosso território onde vivem, onde muitos já trabalham, e para muitos que nos visitam. Por isso apostamos claramente na vertente social de apoio aos clubes, colectividades, associações, instituições particulares de solidariedade social. Tal como mantemos os nossos desígnios no âmbito do apoio à educação, juventude, deficientes e idosos, educação para a saúde e habitação social.-----

Estamos claramente num processo de mudança e de transformação, e este tem de ser um esforço partilhado, onde o Estado terá de ser parte fundamental. Tal como temos que continuar a contar com os particulares e a sociedade civil, os promotores e urbanizadores e as comunidades locais, para que, em conjunto, possamos melhorar o desenvolvimento do nosso tecido urbano e a criação de melhores oportunidades e espaços para ocupação, convívio, lazer e encontro. Queremos estabelecer, neste novo município, uma nova relação de proximidade e, para isso, teremos que nos reencontrar uns com os outros, numa nova identidade local, com vida própria, onde nos possamos fixar cada vez mais e atrair actividades, emprego e desenvolvimento social.-----

Compreendemos que a concretização destas funções, para dar resposta a uma população que se vai tornando cada vez mais exigente para com os seus autarcas, face às expectativas que lhes vão sendo legitimamente criadas, se torna um desafio que exige de nós, no próximo ano, redobrada dedicação e imaginação, num quadro em que os recursos, se escassos eram, mais escassos irão ser em 2004, acrescida de uma cada vez maior imprevisibilidade das Receitas Correntes, à escassez das transferências do Orçamento Geral do Estado, à falta de apoios ao nível do PIDDAC, e à conjuntura económica que o País atravessa e leva à retracção do consumo e do investimento.-----

Sendo assim claramente insuficientes e, além do mais, imprevisíveis os recursos colocados à disposição dos municípios, fruto de uma injusta contenção e austeridade para quem, como nós, mais e melhor sabe aplicar os meios ao serviço das populações que serve, a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2004 exigiram de nós o desconforto enorme de termos que ser rigorosos e contidos no estabelecimento de prioridades e opções no planeamento das nossas actividades, iniciativas e projectos de investimentos municipais. Não podemos pois deixar de reavivar que este Município, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses deram parecer desfavorável ao Orçamento Geral do Estado para 2004 e ao baixo nível de participação dos Municípios Portugueses ao nível da distribuição do PIDDAC, tal como reafirmamos a nossa discordância sobre os critérios de austeridade, contenção e poupança de recursos que



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

nos são exigidos, e que não é imposta à Administração Geral do Estado, em nome de um interesse nacional, imposições que, conforme parecer unânime da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, põe em causa os superiores interesses das populações que nos propusemos servir e os compromissos locais que cada um de nós foi assumindo.-----

Mais uma vez, neste ano de 2004, tal como já havia acontecido em 2003, contra a vontade expressa dos autarcas eleitos, tiveram que ser estes os princípios orientadores que condicionaram a Proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2004 do Município de Odivelas, que aqui vos apresento, na certeza de que, tal com eu, não nos revemos, por certo, no resultado final do que gostaríamos que fossem as actividades, iniciativas e projectos de investimento municipais, que melhor serviriam os interesses da nossa comunidade.-----

O ano de 2003, e o final de 2002, foram marcados por um grande esforço de todos para satisfazer compromissos assumidos e concluir um grande conjunto de projectos que transitaram, em curso, de anos anteriores. Infelizmente, o final de 2003, acabou por ser marcado por dificuldades inesperadas, provocadas pela quebra de cerca de 10 milhões de Euros nas nossas Receitas, o que perturbou o normal desenvolvimento da actividade municipal, em virtude das medidas restritivas que tivemos de assumir face às dificuldades criadas pelo Governo, em sede do Orçamento de Estado para 2004, aos Municípios Portugueses. Todos fizemos um esforço de contenção e de austeridade nos gastos, que me apraz registar, e que nos permite ter reduzido cerca de 10 milhões de euros no nível da nossa despesa, mas que, fruto do abaixamento das Receitas, não foi possível diminuir as nossas dívidas com terceiros, bem como os compromissos que transitarão para o ano de 2004.-----

Apesar de tudo, foi possível apresentar, para vossa apreciação e posterior execução, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento que, retirando os cerca de 19 milhões de Euros de projectos comparticipados, nomeadamente pelo PROQUAL, e os 10 milhões de Euros que continuamos anualmente a exigir como ressarcimento da instalação do Município de Odivelas, ronda, em termos líquidos face a estas deduções, os 66 milhões de Euros, inferior, apesar de tudo, aos 70.000.000 de Euros que serviram de base aos documentos previsionais para o ano de 2003. -----

II-----

Tal como em anos anteriores, estão consubstanciadas nestes documentos previsionais para 2004 os seguintes objectivos gerais:-----

- Melhorar as condições de acessibilidades, circulação e estacionamento, em conjugação com uma gestão sustentável do crescimento urbano, por forma a melhorar a mobilidade dos cidadãos, em particular, e a qualidade de vida das populações, em geral;-----
- Proceder à requalificação urbana e ambiental das nossas freguesias, com especial ênfase para a reabilitação dos centros históricos e a conservação e manutenção do nosso património histórico e cultural;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- Promover a recuperação e legalização das AUGI's;-----
- Criar condições para que no Município possa promover o surgimento de novas empresas, e a consequente criação de novos empregos e a fixação das pessoas ao território;-----
- Prosseguir os apoios aos nossos agentes sociais, associações, clubes, colectividades e Instituições de solidariedade por forma a imprimir maior dinamismo às suas actividades em prol do desenvolvimento cultural, social e desportivo;-----
- Melhorar os níveis de segurança das populações, através do apoio municipal aos Bombeiros e de parcerias com as forças de segurança;-----
- Investir fortemente na educação e no apoio às actividades juvenis nomeadamente na melhoria e aumento da rede escolar, na ocupação de tempos livres e apoio a projectos escolares, e nos incentivos ao associativismo juvenil.-----

III-----

Sendo, nas sociedades actuais, os meios e recursos financeiros cada vez mais escassos, face às necessidades e exigências da nossa comunidade, impõe-se-nos potenciar formas de intervenção e de parceria que multipliquem o efeito dos nossos recursos numa relação conjugada e mais estreita:-----

- Entre os diversos órgãos autárquicos das Freguesias, Câmara e Assembleia Municipal para melhor se definirem prioridades de intervenção e se potenciarem as várias capacidades;-----
- Com as Instituições culturais, desportivas, recreativas e sociais, na promoção conjunta, participada e partilhada das iniciativas que cada um vai promovendo;-----
- Com as Juntas de Freguesias e Associações de Moradores, no desenvolvimento de projectos que promovam infra-estruturas e requalificação urbana em áreas consolidadas ou a legalizar e recuperar; -----
- Com as Empresas Municipais e as Escolas na gestão de equipamentos culturais e desportivos e na prestação de serviços às populações;-----
- Com a Administração Central, promotores, urbanizadores e agentes económicos na promoção de investimentos em equipamentos e infra-estruturas essenciais ao nosso território, na promoção de habitação social e de projectos comparticipados para a requalificação urbana e ambiental do nosso Concelho;-----

IV-----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004 prevêem um total de Receitas e Despesas de 101.063.510,00 Euros, sendo que, como atrás se referiu, 24.000.000,00 Euros estão consignados a Projectos Comparticipados sendo 19 milhões Euros do PROQUAL e os restantes 5 milhões de outras comparticipações, quer a nível Comunitário, Junta Metropolitana, PISER, POSI, PRODEP, pelo IGAPHE e outros fundos do Estado.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Para além destes 24.000.000,00 Euros, outros 10.000.000,00, referem-se à reivindicação anual do valor que entendemos legalmente devidos a este Município, como apoio financeiro do Governo à instalação de novos Municípios.-----

Em termos líquidos, retirando estas duas rubricas excepcionais, o Total da Receita e de Despesa deste Plano e Orçamento fica-se pelos cerca de 66.000.000,00 Euros, inferior, em cerca de 4.000.000,00 Euros, à previsão inicial do Orçamento de 2003.-----

No Capítulo das Receitas 52.756282,30 Euros são Receitas Correntes, muito próximo da previsão do ano anterior de 2003, pelo facto de aqui se incluir o ressarcimento pelo Estado de cerca de 7.000.000,00 de Euros, fruto do abaixamento das Receitas de Sisa em 2003, conforme compromisso assumido com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Nas Receitas correntes incluem-se 2.500.000,00 Euros relativos à venda de habitação social a transferir do IGAPHE (são considerados bens recebidos para venda) As Receitas de Capital totalizam 48.207.227,70 Euros onde se inclui como Vendas de Investimento:-----

Venda de Habitação Municipal	1.750.000,00 Euros-----
Loteamento da Quinta da Memória (3 Lotes)	1.500.000,00 Euros-----
Loteamento da Arroja – Venda Livre e Habitação Municipal	3.000.000,00 Euros-----
Outros Lotes do domínio privado da Câmara	1.500.000,00 Euros-----

Nas transferências de Capital, que totalizam 34.789.956,94 Euros, incluem-se:-----

- As verbas do Orçamento Geral do Estado;-----
- Os cerca de 19.000.000,00 Euros da comparticipação nos investimentos do PROQUAL ;-----
- Os 9.975.957,04 Euros do ressarcimento dos custos de instalação do Município;-----
- Outras transferências contratualizadas com a Administração Central ou outros organismos do Estado, entre as quais 150.000,00 Euros dizem respeito ao Protocolo do IGAPHE como comparticipação nas obras do Polivalente.-----

Do total das Despesas 50.560.080,12 Euros são Despesas Correntes, cumprindo-se assim o preceito legal de terem um valor inferior às Receitas Correntes que atingem 52.756.282,30 Euros.-----

As Despesas de Capital somam 50.503.429,88 Euros, reflectindo a impossibilidade de recurso ao financiamento para investimentos municipais, imposta pela Lei do Orçamento do Estado para 2004, o que se vai reflectir negativamente no nível do investimento e de projectos infra-estruturantes fundamentais para o Concelho obrigando por isso a afectar valores, com algum significado, de Vendas de Bens de Investimento como forma de financiamento próprio.-----

As dificuldades que nos são uma vez mais criadas pelo Governo reflectem-se neste Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2004 num conjunto de oportunidades perdidas para uma melhoria mais significativa do nosso crescimento e do nosso desenvolvimento, mas representam um esforço da nossa parte, para apesar de tudo, cumprir as orientações do Governo, em matéria orçamental, que mereceram o voto



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

desfavorável unânime dos autarcas representados na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, independentemente das suas orientações político-partidárias.-----

De salientar, por fim, que, este ano foi já possível incluir nas Receitas a parte do Município para suportar os custos com os Investimentos previstos no PROQUAL, já que o Tribunal de Contas visou o competente processo de financiamento que lhe foi enviado em finais do ano passado. Este financiamento, já contratualizado, é fundamental para realizar os cerca de 20.000.000,00 Euros de investimentos incluídos nestas Grandes Opções do Plano para 2004.-----

Odivelas, 4 de Dezembro de 2004-----

O Presidente da Câmara Municipal Manuel Vargès, Dr. “-----

O documento supra mencionado encontra-se arquivado por original, na pasta da presente reunião, fazendo parte integrante da acta.-----

Pela Senhora Presidente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do ponto supra mencionado, cuja intervenção seguidamente se transcreve:-----

“Tendo em vista corrigir a diminuição de verbas verificadas nos mapas constantes no documento Orçamento e GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2004, a páginas 56 a 61 e que se encontra em apreciação, dei instruções para que fossem devidamente rectificadas, por Revisão Orçamental a ser presente à primeira Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, prevista para 20 de Fevereiro, os valores do documento, no que concerne à aplicação do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.-----

Assim:-----

- Estando constituído um Grupo de Trabalho, por mim proposto, para a revisão dos critérios de atribuição de verbas e o seu normativo;-----
- Estando definido no nº5 do artº 5º do referido Protocolo – Limpeza das vias e Espaços Públicos – o critério para a determinação dos Cantoneiros e Encarregados de Brigada, parece-me coerente que os mesmos se mantenham, enquanto o novo clausulado não tiver sido aprovado;-----
- Apesar do número de trabalhadores, Jardineiros, Cantoneiros e Encarregados de Brigada, afectos a esta Câmara ser, em alguns casos divergentes da informação fornecida pelo nosso Departamento de Ambiente e Departamento de Recursos Humanos e a fornecida pelas Junta de Freguesia;-----

Fica desde já assumido por mim e já referido no inicio das minhas palavras que:-----

- Será feita a correcção dos mapas de valore das transferência de verbas relativos à aplicação dos artigos 4º e 5º, mantendo-se o número de efectivos atribuídos em 2003;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- O custo anual dos Cantoneiros, Encarregados de Brigada e Jardineiros será actualizado de acordo com o estabelecido no protocolo, ou seja com actualização do índice 100 do regime geral da Administração Pública, ou na sua ausência, a evolução verificada no valor global das Transferências do Estado para esta Câmara Municipal, isto é, 2%;-----
- Será feita a correcção do número de efectivos desta Câmara mas afectos às Juntas de Freguesia, de acordo com a informação actualizada a 31 de Dezembro de 2003, informação essa a ser dada pelo nosso Departamento de Recursos Humanos e confirmada pelo nosso Departamento de Ambiente e as respectivas Juntas de Freguesia;-----

O valor resultante da primeira Revisão Orçamental, produzirá efeitos a 1 de Janeiro de 2004.”-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada da **PS**, proferiu a seguinte intervenção: -----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Público.-----

Senhor Presidente, o Senhor referiu na sua intervenção que foi constituído um Grupo de Trabalho e que nesse Grupo de Trabalho, a não ser alterado o clausulado, não se prevê portanto nenhuma redução, e estamos a falar apenas nas competências cujas as verbas são transferências através da dotação de pessoal, portanto limpeza das vias públicas e zonas verdes. O que eu gostaria de pedir como esclarecimento ao Senhor Presidente, já que parece que este é um problema geral e transversal de todas as Freguesias, é que as Freguesias ao admitirem os seus trabalhadores, metem-nos no quadro, tanto nas zonas verdes como na limpeza urbana, e obviamente que não podemos chegar a esta situação em que mesmo que se reveja esse clausulado e mesmo que existam alterações, se venha a reduzir o pessoal numa circunstância de redução de habitantes, numa situação de redução de zonas verdes. Portanto eu não sei se era isto que o Senhor Presidente da Câmara queria dizer, ou se por outro lado queria dizer que as Juntas de Freguesia não iriam receber menos do que aquilo que recebiam e que não se prevê qualquer alteração mesmo que exista alguma redução.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos em relação a questões levantadas pelo Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, que seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“Não cabe na cabeça de ninguém e quem me conhece sabe que assim é, que eu alguma vez, quer ao nível da Câmara quer das Juntas de Freguesia, preveja que independentemente da conclusão do estudo em curso pelo Grupo de Trabalho, os cantoneiros e jardineiros que têm o seu vínculo laboral efectivo, possam ser dispensados quer pelas Juntas, quer pela Câmara.-----

Portanto se o Protocolo lhe indicar face aos critérios que vierem a ser aprovados, números inferiores aos actualmente existentes, esses valores serão naturalmente fixados, mas os excedentes actuais, serão absorvidos, entre aspas, pelos valores e aumentos dos anos seguintes de modo que não haja dispensas e despedimentos e que a situação seja regularizada naqueles que eventualmente possam ter um super havit neste momento em termos de jardineiros ou cantoneiros.-----

Portanto à medida que forem aumentando as áreas verdes ou as zonas que forem transmitidas para às Juntas, no âmbito de novos alvarás e da aprovação de novas AUGI'S, naturalmente que esta absorção far-se-á, pela manutenção dos seus efectivos e quando esses efectivos atingirem o ponto actual, temos aumentos à medida que os critérios indicarem, que deverá haver aumentos nos jardineiros e cantoneiros.---

Mas se estudo indicasse a diminuição de efectivos não significa que, da parte da Câmara, não se continue a fazer as mesmas transferências para se suportarem os encargos com esses efectivos têm vínculo ou à Câmara ou às Juntas.-----

E portanto o meu compromisso, abrange, para já, que os Senhores Presidentes de Junta que elaboraram os seus orçamentos na convicção de que as transferências da Câmara para as Juntas seriam no mínimo iguais às deste ano, mais o aumento de 2% previsto quer no índice 100, esse valor vai ser repostado onde houve erros. -----

Portanto esse compromisso fica já assumido, porque foi nessa presunção que os Senhores Presidentes de Junta elaboraram os seus orçamentos.-----

Se do Grupo de Trabalho advierem valores ou números de cantoneiros e jardineiros menores do que estão neste momento afectos, a Câmara continuará a pagar os mesmos valores e os mesmos cantoneiros, para que daqui a três ou quatro anos, quando as áreas atribuídas indicarem que se atingiu aqui ou acolá o número desses cantoneiros ou jardineiros a situação fica regularizada e a partir daí os aumentos verificados terão a haver com as novas áreas atribuídas a cada Junta de Freguesia. -----

Portanto esse é o meu entendimento, esse é o meu compromisso.-----

Peço que fique em acta, para que não fiquem dúvidas em relação a nenhum Presidente de Junta.”-----

António Zózimo, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Se o orçamento de 2003 foi aprovado perante um quadro macro-económico recheado de incertezas, prevendo-se já grandes dificuldades quanto a evolução das economias da zona euro, e não só, mas muito



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

particularmente da economia portuguesa pelo elevado grau de dependência face ao exterior, designadamente das grandes economias europeias como a alemã e a francesa, o orçamento de 2004 apresentado hoje a esta Assembleia Municipal reflecte não apenas os efeitos negativos do abrandamento económico dos países que são nossos parceiros comerciais, como também das políticas macro-económicas seguidas pelo actual governo.-----

Internamente, a gestão das expectativas foi feita de forma inábil e desastrosa levando os agentes económicos à descrença, ao receio de investirem e de assumir riscos, em fim ao desânimo.-----

As empresas retraíram-se o mais que puderam quer nos investimentos de inovação quer nos de expansão.

O consumo das famílias, principalmente o consumo de bens duradouros, desceu a pique.-----

As empresas não acreditaram nas previsões do governo que apontavam para um crescimento da ordem dos 7% das exportações como forma de compensar a descida da procura interna e animar a economia.-----

Mas, mais uma vez as empresas tiveram razão.-----

Num país como Portugal onde já não é possível utilizar a política cambial para fomentar as exportações e onde os índices de produtividade e competitividade estão muito aquém dos verificados nos países que são hoje os nossos principais parceiros comerciais, só por distração alguém acreditaria que de um momento para o outro Portugal se tornava num exímio exportador.-----

É verdade que as exportações tiveram algum crescimento, mas ficaram-se por metade daquilo que eram as previsões do governo.-----

A acrescentar a tudo isto, a obsessão pelo controlo do défice, fazendo disso o principal objectivo estratégico da política económica e financeira do governo, levou o país à difícil situação em que se encontra, e que é de todos bem conhecida.-----

Portugal confronta-se hoje com uma grave recessão económica com implicações enormes no tecido empresarial e nas famílias.-----

O desemprego é hoje da ordem dos 6,5%, com tendência para subir, enquanto que em 2001 rondava os 4%.-----

O Prof. Hernâni Lopes, que eu saiba não será propriamente um perigoso esquerdista, disse ainda há dias que a opção assumida pelo governo de fazer assentar toda a sua política económica no controlo do défice era um exercício demasiado inteligente para as suas capacidades.-----

Hoje, até mesmo de pessoas que apoiam o governo começam a surgir vozes discordantes quanto à política seguida.-----

É curioso verificar que este governo, que ainda não atingiu os dois anos de vida, governando com uma maioria e perante uma oposição de certo modo enfraquecida, já dê sinais de ter atingido um tal estado de degradação da sua imagem e de clara desorientação, que são bem visíveis aos olhos dos portugueses.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Do ponto de vista social a situação agrava-se a cada dia que passa. Veja-se o que se passa com o Serviço Nacional de Saúde, as novas regras do subsídio de doença que em vez de apontarem para a fiscalização e o combate a fraude, penalizam gravemente aqueles que têm baixas curtas.-----

Como disseram os ministros das finanças francês e alemão, a economia portuguesa é a que está em pior estado na EU, por ter querido aplicar à força o pacto de estabilidade, contrariamente ao que eles fizeram, estando hoje provado que esse esforço só piorou a economia e não nos acrescentou qualquer credibilidade. Criou sim expectativas psicológicas tremendamente negativas e atirou o desemprego para níveis que há muito não se via no nosso país e, o que é mais grave, a situação orçamental não está consolidada.-----

É também mais ou menos consensual que o erro maior não é tanto a política orçamental, que apesar de tudo não é assim tão restritiva, mas sim a criação de expectativas altamente negativas em relação à situação da economia nacional, levando mesmo a alguns investidores estrangeiros abandonarem o nosso país e alguns portugueses a aplicarem os seus capitais noutras paragens.-----

Não vale a pena enganarmo-nos uns aos outros, pois quem lida minimamente com estas coisas da economia sabe perfeitamente que há dois anos não estávamos de tanga e que hoje não estamos na retoma.-----

A consolidação orçamental não está a ser feita como algumas pessoas do governo querem fazer crer. -----

Não fora as receitas extraordinárias, e este ano o défice situar-se-ia acima dos 5% do PIB.-----

Em nosso entender seria melhor um défice um pouco maior, que permitisse investir na convergência, na produtividade e na competitividade de que um equilíbrio que leva ao aumento do desemprego e agrava ainda mais a recessão.-----

Não obstante Portugal estar a cumprir formalmente o pacto de estabilidade e crescimento, o BCE junta Portugal aos piores países da zona Euro no que se refere às contas públicas. Entre os países com graves dificuldades nas finanças públicas, o BCE sita a Alemanha, França, Itália e Portugal.-----

Segundo Bruxelas, o quadro macro-económico para Portugal entre 2003 e 2005 é o seguinte:-----

Previsões para Portugal

	2003	2004	2005
CONSUMO PRIVADO	-0,9	-0,8	0,9
CONSUMO PÚBLICO	-0,9	-0,2	0,1
FBSF	-9,2	1	5,2
EXPORTAÇÕES	3,1	5,1	7
IMPORTAÇÕES	-2,9	3,9	5,5
TX DE DESEMPREGO	6,6	7,2	7,3
BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES	-4,5	-4,2	-3,8
PIB	-0,8	1	2



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Fonte: Comissão Europeia-----

Assim, a economia portuguesa só em 2006 poderá eventualmente regressar à convergência com a média europeia. O desemprego irá atingir 7,2% em 2004 e 7,3% em 2005.-----

O diferencial entre o crescimento português e o europeu passou de 0.6 em 2002 para 1.6 pontos em 2003 prevendo-se um ponto em 2004 e cerca de 0.5 em 2005.-----

Admitindo-se embora como normal que uma economia em recuperação acentue os pontos do ciclo económico, nem na crise de 1993 Portugal esteve tanto tempo em divergência. Este efeito, segundo Bruxelas, deriva da quebra abrupta da actividade económica em 2002, levando em 2003 a uma recessão de 0.8% devido ao efeito de arrastamento negativo de 2002 e em 2004 a um crescimento de 1%. Desta forma a comissão Europeia faz notar que o crescimento real português permanece muito abaixo do seu potencial, estimado em cerca de 2,5%. Este facto é apontado ainda como uma das razões para a persistência da crise orçamental portuguesa sendo igualmente um importante gerador de desemprego.-----

É com esta preocupante envolvente macro-económica que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2004, do Município de Odivelas, são apresentados hoje a esta Assembleia Municipal depois de terem sido aprovados pela Câmara.-----

Concordamos nós socialistas com grande parte daquilo que é dito nos documentos introdutórios, designadamente quando se afirma que este orçamento surge num contexto de grandes dificuldades, que a todos atinge e que vai exigir do executivo municipal grande contenção e austeridade nos custos de funcionamento. É dito também, e nós concordamos, que apesar dos constrangimentos financeiros impostos pelo governo, não foi esquecida a vertente social de apoio aos clubes, colectividades, associações, instituições particulares de solidariedade social, à educação, à juventude, aos deficientes e idosos. Por outro lado lamenta-se os escassos contributos, designadamente ao nível do PIDDAC, e dos contratos programa que não são cumpridos e de uma política nacional que asfixia financeiramente os municípios.-----

Realça-se também as dificuldades provocadas em 2003 pela quebra de cerca de 10 milhões de Euros nas receitas, com implicações negativas ao nível das dívidas para com terceiros e dos elevados compromissos que transitam para o ano 2004.-----

Esta situação para nós, socialistas, é extremamente preocupante. A situação financeira de curto prazo é particularmente difícil, tendo em conta as restrições ao endividamento impostas pelo governo. Em nosso entender, as dificuldades em 2004 vão ser ainda maiores do que em 2003.-----

Ao analisarmos o orçamento e as grandes opções do plano para 2004, fica-nos a sensação de haver aqui uma boa dose de optimismo, designadamente no que respeita às receitas, contando-se com verbas que o governo transferirá para o Município, mas cuja probabilidade de isso acontecer em tempo útil é, do nosso do ponto de vista, altamente improvável.-----

Não nos surpreende, face às necessidades existentes, a dimensão deste orçamento prevendo um valor de receitas e despesas de € 101.063.510,00, com um total de € 52.756.282,00 de receitas correntes e €



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

48.207.227,00 de receitas de capital, e do lado das despesas com € 50.560.080,00 de despesas correntes e de € 50.503.430,00 de despesa de capital. -----

O que nos preocupa a nós socialistas é a realização efectiva deste orçamento face à conjuntura económica negativa que irá ocorrer em 2004 e aos compromissos que transitam de anos anteriores.-----

Vai ser um ano muito difícil, a exigir grande capacidade de gestão por parte dos senhores vereadores e do Sr. Presidente da Câmara, bem como um controlo efectivo e permanente da despesa desde o primeiro dia do ano.-----

O GRUPO do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odivelas-----
ODIVELAS, 18 DE DEZEMBRO DE 2003”.-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004, que estão aqui em análise, resultam para o Partido Social-democrata, num conjunto de intenções, aprovadas em reunião de Câmara, com os votos favoráveis do PS e do PSD, e com a abstenção da CDU.-----

Não pretendemos fazer qualquer análise sectorial, as contas são o que são, e sinceramente entendemos não haver grande margem de manobra.-----

No que respeita à despesa, estamos de acordo nalguns aspectos, embora frisando que se tivesse sido o Partido Social - democrata a ganhar as eleições, as opções seriam certamente diferentes, não só no que diz respeito ao ano de 2004, mas também relativamente aos últimos anos.-----

Mas é evidente que a despesa na sua execução prática está sempre condicionada à receita, e as receitas são aquilo que são, e não aquilo que todos gostaríamos que fossem, isto numa perspectiva responsável de não gastar mais do que aquilo com que podemos contar. -----

E a nosso ver, não interessam exercícios de retórica contra o Governo, são as Câmaras que têm que adequar os seus orçamentos às previsões das receitas e não os Governos a cobrir as despesas orçamentadas pelas Câmaras.-----

Temos uma postura muito própria de participar na gestão Municipal. -----

Contribuímos com as nossas ideias para o desenvolvimento sustentado do nosso Município, principalmente nas áreas que nos estão afectas, nomeadamente as Actividades Económicas, o Departamento Jurídico e Administração Geral, o Departamento de Transportes e Oficinas e Presidindo à Empresa Municipal Odivelcultur, mas igualmente colaborando naquilo que nos é pedido e contribuindo activamente para um melhor controlo da despesa num esforço de contenção que deve ser partilhado por todos. -----

É necessário que se diga, que, financeiramente este Concelho começou mal.-----

A nosso ver, são quatro os pontos que consideramos terem originado a situação financeira actual. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Primeiro, a dívida assumida para com o Concelho de Loures, de cinco milhões e seiscentos mil contos.-----

Segundo, os custos da instalação.-----

Terceiro, assumiram-se e continuam a assumir-se responsabilidades para com importantes sectores do nosso Concelho, sem dúvida responsabilidades louváveis e acima de qualquer suspeita, mas para lá das nossas possibilidades, segundo o nosso ponto de vista.-----

Quarto, tem a ver com a actual macro estrutura, à qual somos alheios, porquanto foi elaborada sem a participação do Partido Social Democrata.-----

E assim as despesas correntes e de capital são neste momento muito elevadas.-----

De momento é tudo o que queremos dizer no que respeita à despesa.-----

Também continuamos sem resposta às nossa perguntas já feitas anteriormente, no que diz respeito às iniciativas que a Câmara espera tomar para gerar mais fontes de rendimento.-----

Mas para lá deste pequeno problema que já estamos habituados, temos que dizer que existem dois pontos no orçamento da receita, relativamente aos quais estamos completamente em desacordo, e são pontos que não podemos deixar passar em claro e que dizem respeito às previsões de receitas.-----

O primeiro tem a ver com a SISA, e que faz com que não estejamos de acordo com a verba inscrita como receita corrente.-----

O Senhor Presidente de Câmara, tem por diversas alertado para a quebra de receitas de SISA, e que segundo as suas palavras, está próximo de uma valor de sete milhões de euros.-----

Segundo o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, (6 de Dezembro ao DN Negócios) foi encomendado um estudo a uma entidade independente, que disse que a redução de receitas provenientes da SISA para este ano é da ordem de 20%, e que no Município onde preside (Viseu) não há quebra de receitas, assim como pensa não haver na Câmara de Lisboa.-----

Mas, isto não basta, cada Município tem a sua própria realidade, que no caso de Odivelas é a seguinte:-----

Segundo o mapa de comparação da SISA, distribuído a esta Assembleia para a 4ª Sessão Ordinária, o valor arrecadado foi:-----

Ano de 2001 7.670.000 euros-----

Ano de 2002 10.942.000 euros-----

Sendo assim, e segundo a lei o valor de referência será a média dos dois últimos anos, ou seja +- 9.800.000.-----

Depois, segundo o mesmo mapa, o valor recebido até ao mês de Agosto é de 3.221.000, o que faz supor numa primeira análise, que até ao final do ano esse valor suba para, pelo menos para uma verba próximo dos 6 milhões de euros.-----

Para uma melhor análise da receita e despesa, foi apresentada a esta Assembleia na 4ª Reunião ordinária de 30 de Setembro mapa da análise da receita até Agosto de 2003, assim como mapa da análise da



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

despesa até agosto de 2003, o que não acontece agora, e que teria sido interessante para se ter noção do seu desenvolvimento.-----

Mas, mesmo sem mapas, podemos facilmente chegar à conclusão, de que se houver um valor com o qual Odivelas deva ser ressarcida, esse valor não deverá andar longe de uma verba entre os três a quatro milhões de euros, e não os sete milhões de euros que constam nas receitas correntes.-----

Como devem V.Ex.as calcular, ao longo de muitos anos verifiquei que há sempre a tendência para as Câmaras inflacionarem as receitas para poderem inscrever mais despesa; É um expediente recorrente e de tão banal já não nos faz perder muito tempo.-----

Mas esse hipotética receita incide sempre sobre valores que são meras hipóteses difíceis de controlar ou de contradizer no momento, não sobre valores que à partida podemos dizer que são impossíveis de realizar. ---

E assim, também não podemos concordar que nas receitas de Capital, esteja incluída uma verba de dez milhões de euros, de ressarcimento pela instalação do Município, porquanto todos sabemos que isso não vai acontecer.-----

Não que não fosse justo, ou desejável, mas porque se trata de uma verba irrealista, que não tendo sido transferida na altura própria, ou seja em 1999, é impossível que o seja agora.-----

Também não aceitamos que esta verba esteja inscrita para servir de arma de arremesso contra o actual Governo, que nada teve a ver, tanto com a arbitragem que conduziu à obrigação de Odivelas pagar os cinco milhões e seiscentos mil contos a Loures, como com a falta de apoio financeiro à instalação ao nosso Município.-----

Mas o mais curioso, é que esta verba não aparece inscrita nas Grandes Opções do plano e Orçamento para o ano de 2002; Alto lá pensámos nós, até é normal, o Partido Socialista era Governo e assim está tudo explicado.-----

Mas, também não aparece nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003, nada vem inscrito, o que é ainda mais estranho e está em contradição com aquilo que é mencionado no preâmbulo das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, que diz -----

- 10 milhões de euros, referem-se à reivindicação anual do valor que entendemos legalmente devidos a este Município, como apoio financeiro do Governo à instalação de novos Municípios.-----

Em que é que ficamos, porque é que esta verba não foi inscrita anteriormente?-----

Por outro lado, se esta verba serve unicamente para cobrir a despesa, e assim cumprir um dos preceitos legais, que é o da despesa orçamentada não poder ser superior à receita, pensamos que se poderia ter ido por outro caminho, e se assim foi, entendemos que imperou uma grande falta de imaginação.-----

De qualquer das maneiras, só nestes dois pontos, este orçamento está à partida inflacionado no lado das receitas com uma verba de +- 13.000.000 de euros, verba esta que se sabe à partida não corresponder à realidade, para lá também de outras previsões um pouco inflacionadas.-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Não quisemos levantar grandes questões, mas pelo menos nestes dois pontos não podemos deixar que se alimente uma polémica que não tem lógica nem razão para existir.”-----

Vou tentar responder ao Partido Socialista, que nesta Assembleia Municipal e através de alguns jornais locais , tem começado a ensaiar alguns ataques ao Governo, aliás uma situação normal em democracia.-----

É claro que, não sendo presidente de Junta de Freguesia, não pertencendo a qualquer executivo de Junta de Freguesia, e nunca tendo liderado qualquer movimento de opinião, ou qualquer movimento de utentes, o único local que me resta para responder é a Assembleia Municipal de Odivelas à qual pertenço, aliás com muito orgulho.-----

E para compreender é preciso recuar um pouco no tempo.-----

Bem ou mal, foi consensual entre os dois maiores partidos, de que os Portugueses não deveriam ser consultados acerca da adesão ou não à União Europeia. -----

E assim foi desde logo transmitida a ideia de que a adesão era a única via, e era a receita mágica para o nosso desenvolvimento , e mais importante, iria colocar Portugal no chamado “ pelotão da frente”.-----

Foi criada também a ideia bizarra de que a adesão era a “ Galinha dos Ovos de Ouro”, uma fonte inesgotável de subsídios e fundos comunitários, de que só existem vantagens, e não existem obrigações, esquecendo que a entrada de fundos comunitários tem como contrapartida o cumprimento de normas muito rígidas, e obriga a uma coisa muito simples, que é – a prestação regular de contas.-----

É claro que há perda de soberania, basta dizer que as metas e os números dão definidos por Bruxelas.-----

Assim, a falta de rigor no controlo do défice por parte do Partido Socialista, enquanto Governo, e especialmente nos últimos dois anos do seu mandato, originou que estejamos agora a pagar uma factura muito alta.-----

O Partido Social Democrata, assim que chegou ao poder, encarregou-se de colocar de imediato o País ao corrente daquilo que se passava, e para as previsíveis consequências das medidas que teriam que ser tomadas para corrigir, aquilo que o Partido Socialista chama de “obsessão” do défice”.-----

Ficámos assim a saber, que para o Partido Socialista o que interessa não é o rigor nas contas públicas, com as consequentes medidas de contenção, - mas o discurso. -----

O Partido Socialista achou e acha, que o PSD utilizou um discurso alarmista, prejudicial para a resolução dos problemas e que esse facto deveria ter sido omitido.-----

Achou e acha que, o facto dos Portugueses serem informados da verdade, conduziu o País à situação em que nos encontramos, e disso culpa o PSD. Discordamos totalmente.-----

A não ser que o PS tenha o entendimento de que, com optimismo e diálogo resolviam-se os problemas do País.-----

E agora, pouco importa saber se as medidas rígidas de controlo do défice que estão a ser aplicadas , poderiam tê-lo sido de outra forma.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

E pouco importa porque não foi apresentada qualquer alternativa credível, como se esperava do maior partido da oposição.-----

Estamos pois, a pagar as asneiras cometidas anteriormente, todos sem excepção, ou será que estas medidas de contenção só atingem alguns?-----

Será que aplaudimos a política de contenção salarial, mesmo sabendo que ela é necessária? -----

Será que aplaudimos incondicionalmente todas as medidas de contenção decretas pelo Governo, unicamente por o Governo emanar do Partido ao qual pertencemos?-----

Dá-nos algum prazer as severas medidas de contenção impostas às Autarquias, às quais estamos fortemente ligados?-----

É preciso não esquecer que, somos hoje a principal força Autárquica, tudo o que de bom ou menos bom acontece, reflecte-se em primeiro lugar nos Autarcas Social – Democratas.-----

E assim, às vezes não entendemos porque estamos a ser criticados pelo Partido Socialista, sabendo nós que, muito daquilo que se está hoje a passar é da sua responsabilidade.-----

Um pequeno exercício de mea culpa por parte do PS, seria um acto de honestidade política.-----

Reconheçam que algo não correu bem, pelo menos isso.-----

Aliás é uma conclusão que facilmente se pode aferir com o facto do Eng.º António Guterres ter pedido a demissão logo após as eleições Autárquicas de 2001.-----

Reconheçam também que falharam na criação de reformas essenciais para o País.-----

Os chamados Genéricos tantas vezes anunciados. O Partido Socialista nunca teve vontade de afrontar o grande Lobbie Farmacêutico, teve que ser agora o Partido Social Democrata a fazer, e eles ai estão;-----

A Lei da Tributação do Património ? A tal que inclui a Sisa, que o Eng. António Guterres disse ser o – Imposto mais estúpido do Mundo - mas que nunca teve a coragem de acabar com ele;-----

O Novo Código de Trabalho ? Aprovado pela CIP e pela UGT. Será que alguma vez poderia ter sido feito pelo Partido Socialista?-----

E a nova reforma da administração pública? -----

Esta Assembleia Municipal não se pretende substituir à Assembleia da Republica, e por isso não vamos mais longe, mas, interessa falar de algumas iniciativas na Área Metropolitana de Lisboa.-----

Não temos problemas em dizer e a aplaudir aquilo que o PS fez, ou neste caso iniciou.-----

E nesta caso está o inicio da construção do Metro em direcção a Odivelas, esse mérito ninguém lho tira.-----

Também é verdade que tirou as portagens da CREL (a CREL que nós construímos). -----

Portagens essas que nós agora voltámos a introduzir (já agora o que é feitos dos movimentos anti - portagem).-----

E é isto, o Metro e a retirada das portagens da CREL.-----

E a verdade é que, em 6 anos de Governo do Partido Socialista, não me recordo de mais nada na Área Metropolitana de Lisboa.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Mas há mais.-----

Por exemplo o eixo Norte Sul, tiveram 6 anos para o terminar e não fizeram. Vamos nós fazer.-----

Por exemplo a CRIL, tiveram 6 anos para a fazer e não fizeram. Vamos nós fazer.-----

Mesmo na área da saúde, onde somos tão acusados, e continuando na Área Metropolitana de Lisboa, o Hospital de Loures, quantos ministros Socialistas prometeram o Hospital, inclusivamente com visitas ao local ? Vamos nós lançar brevemente o concurso e construí-lo.-----

Mas será que isso se deveu a alguma opção do Partido Socialista para a AML ?-----

Mas não, porque em 6 anos, não construíram qualquer hospital na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Mas nós, durante aquele terrível consulado Cavaquista (de 1985 a 1995) construímos quatro hospitais; O Francisco Xavier, Barreiro, Almada e Amadora - Sintra.-----

É verdade que faltam os Centros de Saúde no nosso Concelho, especialmente os já protocolados, e isso para nós é extremamente desagradável, essencialmente porque compreendemos a necessidade da sua construção.-----

E assim chegamos aos dias de hoje, dias de forte contenção para todos, não são tempos agradáveis mas compreendemos.”-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2004 da Câmara de Odivelas mais uma vez se nota a falta de estruturação de ideias e de sentido estratégico do que se pretende que seja Odivelas daqui a 5 ou 10 anos.-----

Este Executivo não parece tomar qualquer decisão do ponto de vista estrutural, não é capaz de indicar o que se pretende em Odivelas no que se refere à implantação de sectores estratégicos na área de serviços, na área industrial, no plano ambiental ou no plano de infra-estruturas condignas para uma primeira educação das crianças do nosso Concelho.-----

A única certeza que este Executivo consegue dar aos Odivelenses é que o cimento e o betão são os verdadeiros alicerces estratégicos para Odivelas. A consequente falta de qualidade de vida é o que nos reserva.-----

A criação de um grande Jardim Municipal está sempre esquecida no nosso Concelho, assim como a criação de zonas bem estruturadas para o comércio, para as feiras e mercados também continuam permanentemente esquecidas pelo Executivo. Em relação ao PROQUAL, o programa de requalificação da cidade de Odivelas, esperamos que seja uma verdadeira requalificação, com concursos rigorosos, e com a implementação correcta dos projectos.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Infelizmente é isto que se avizinha para os próximos anos em Odivelas, o “navegar ao sabor da maré, levemos ela para onde nos levar!”...-----

Em termos de Orçamento, mais uma vez se denota o peso dos vários erros do passado que todo o Executivo realizou, incluindo a forma como foi gerida a divisão de activos e dívidas de Loures, bem como os erros publicitários escandalosos dos membros da Comissão Instaladora. -----

O que é facto é que os custos de estrutura de uma Câmara com poucos anos de história representam já um valor acima de 20 milhões de Euros (4 milhões de contos), de onde se conclui que um Município que tinha todas as possibilidades de ter um quadro de pessoal eficaz, eficiente, curto e muito horizontal hierarquicamente, tem uma estrutura lenta, enorme e muito estratificada hierarquicamente.-----

Este Orçamento mais uma vez demonstra a pouca visão de medidas capazes de dar a volta ao caminho anteriormente tomado, a falta de ideias, de imaginação, dando a imagem de um município de braços caídos, que desistiu de lutar.-----

Odivelas precisa de Opções estratégicas vitais para o seu desenvolvimento, não podemos esperar que as Urbanizações continuem a crescer como cogumelos. Assiste-se à indecisão de um PDM que finge que vai saindo para a continuidade do Crescimento e Desvastação de zonas verdes únicas no Concelho, como é o caso da Serra da Amoreira, à construção escandalosa em zona de leito de cheias, como é o caso da urbanização à entrada de Odivelas, entre outras. -----

Odivelas necessita de definir um rumo na criação de zonas de espaços verdes e de lazer, na criação de infra-estruturas capazes de solidificar, dinamizar e atrair empresas (quer industriais, quer de serviços), na criação de pólos tecnológicos de Investigação e Desenvolvimento, na criação e disponibilização de Serviços Municipais na Internet (eGovernment Local) capazes de potenciar e tornar mais céleres as próprias interações com os cidadãos, na dinamização de centros de desporto e juventude. Estas sim são opções estratégicas que deveriam estar consagradas na mente do Executivo, pois certamente já estão nos pensamentos da maioria dos odivelenses. -----

Porque os odivelenses querem um espaço saudável e com elevados níveis de qualidade de vida!-----

Rui Ribeiro-----

Deputado Municipal CDS-PP”.-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**, proferiu a seguinte intervenção:-----

“Boa noite, Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros eleitos, público em geral.-----

Em primeiro lugar não posso deixar de agradecer à Senhora Presidente a lembrança que teve, ao ter a amabilidade de oferecer ao membros da Assembleia esta lembrança, para além da competência e da



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

desenvoltura com que dirige esta irrequieta Assembleia, tem pormenores de delicadeza que eu mais uma vez quero aqui salientar, muito obrigado.-----

Eu também gosto muito de lições de todo o género, nomeadamente de economia porque não é a minha área, e portanto agradeço e estou aqui para aprender, mas também gosto de factos. Muitas pessoas não perceberam muito bem esta questão do Governo Português manter o rigor em relação ao défice em Portugal e por exemplo na União Europeia ter aceite o tratamento especial que foi dado à França e à Alemanha e ter feito questão disso juntamente com a maioria dos países da União Europeia, diga-se de passagem. E sobre isto trazia aqui um recorte de um jornal, é um jornal relativo aos automóveis, e diz respeito à “Auto Europa”, e diz que a “Auto Europa” vai ser privilegiada pela “Volkswagen”, a “Volkswagen” é uma empresa alemã, vai ser privilegiada pela Volkswagen com uma série de novos modelos e então eu recorde só que o rumo da Auto Europa, diz a notícia e passo a citar, “...influência as contas do estado, a unidade gera três mil e trezentos postos de trabalho aos quais se juntam três mil e duzentos no parque industrial de Palmela, o impacto nas exportações portuguesas em 2002 foi de 7,8%, enquanto que o contributo para o PIB se cifrou em 1,9%, os fornecedores portugueses contribuem com 55% do material dos monovolumes e em 2002 receberam 755 milhões de euros. Antevendo a chegada de pelo menos mais um novo modelo à Auto Europa, a Administração formulou, na semana passada, um acordo com os trabalhadores vigente até Setembro de 2005, tendo a Administração garantido que planos para médio prazo são muito bons.”-----

E agora iria falar sobre algumas questões relacionadas, se a Senhora Presidente me permitisse, com este documento que temos aqui em apreciação:-----

Em 1º lugar, e como disse estou aqui para aprender portanto não vejam nesta observação, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara por favor, qualquer crítica à maneira de redigir os documentos, há aqui uma frase logo no último parágrafo da 1º folha que eu sinceramente pediria que houvesse um pouco mais de atenção quando diz que:-----

“...A elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2004 exigiram de nós um desconforto enorme de termos que ser rigorosos e contidos no estabelecimento de prioridades e opções no planeamento das nossas actividades...”-----

Nós aqui dentro sabemos todos o que isto quer dizer e o que efectivamente há a preocupação com o rigor, mas um observador externo ao ler isto pergunta:-----

Mas então ser rigoroso e contido não é um atributo de um autarca na sua actividade no Município, isto é uma questão de desconforto?-----

Como eu digo nós aqui percebemos muito bem, mas quem tiver do lado de fora, um observador externo, é capaz de não perceber muito bem esta observação. Portanto com toda a humildade agradecia que houvesse um pouco mais de cuidado na redacção destas questões, porque podem efectivamente dar alguma má imagem do Executivo, coisa que efectivamente nós não queremos.-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Eu, ia referir-me em relação ao documento as Grandes Opções do Plano, a duas questões às quais eu tenho aqui referido algumas vezes, aliás fi-lo nas primeiras Assembleias, uma de âmbito concelhio e outra de âmbito da minha Freguesia. A de âmbito concelhio tem haver com a questão da instalação para recolha e tratamento de animais, aquilo a que vulgarmente se chama de canil/gatil, penso que não sonhei e posso estar enganado, mas penso que a construção era prioridade do Executivo e não era para 2005, como está referido neste documento, eu sei que me vão dizer que uma obra destas tem que entrar no capítulo da questão do rigor e da contenção, mas eu digo que sinceramente também preferia que houvesse aqui um pouco de flexibilidade e se me perdoam também com toda a humildade, de imaginação, porque de facto nesta área, eu vejo aqui várias verbas atribuídas nomeadamente, à rede municipal de escolas amigas dos animais, á edição de material gráfico do Dia Mundial do Animal, verbas de 53 mil euros, de 17 mil euros, projecto animais na Cidade, 15 mil euros, campanha para sensibilização para dejectos caninos, 70mil euros, eu penso que com um bocadinho de flexibilidade, eu não estou a dizer que estas campanhas se risquem, não, isto era provisório, diminuir um pouco nestas verbas para campanhas e projectos deste género e aplicar para começar a obra, até porque muitas destas campanhas, por exemplo a Campanha para sensibilização para os dejectos caninos, vai ter um objectivo muito reduzido quando tiver feito este Centro de tratamento e de recolha de animais, porque efectivamente muitas destas campanhas têm como objectivo aquilo que se passa que é infelizmente os animais que não têm dono aquilo que provocam na via pública, embora também evidentemente os que têm dono. Eu pediria de facto e fico um bocado desolado que o Centro de tratamento e recolha de animais tenha desaparecido e não ter sido considerado para 2004, e francamente não percebo porque é que não houve um pouco mais de imaginação nesta questão. ----- Quanto à questão de âmbito da Freguesia, é a questão do Mercado da Pontinha, eu aqui há tempos ouvi o Senhor Presidente, dizer que tinha tido uma reunião com o actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que a reunião tinha sido muito cordial, que as questões relativas a este assunto tinham sido colocadas, mas daí para cá não ouvi nunca mais falar no assunto, e o que eu vejo aqui de facto é que o Mercado da Pontinha também não está para 2004, portanto é uma obra que está aqui para começar em 2005. E eu pergunto das duas uma, ou as negociações com a Câmara Municipal de Lisboa vão em bom caminho, e se as pessoas se entendem porque é que é preciso tanto tempo para desencadear o começo da obra, ou não vão em bom caminho e então, francamente, a Câmara tem que apresentar alternativas, porque se isso não acontece, não podemos continuar a ter aquele mercado, que é o pior mercado do Concelho de Odivelas, já nem nas imagens dos mercados do Iraque vejo mercados daquele género, portanto é um mercado em condições muito más e eu estranho que as pessoas com responsabilidades na Pontinha não tenham sequer referido este assunto nem falado nele, ou sabem mais do que eu e então agradecia que me informassem como membro desta Assembleia, ou então enfim não estão muito preocupados com o assunto.-----
Muito obrigado.”-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Armando Ramalho, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Senhora Presidente -----

E obrigado pela amabilidade e é nesta distinção que às vezes o nosso contentamento encontra razão de ser.-----

Mas não há dúvida que entre um cumprimento tão feliz, não podemos ficar indiferentes, eu pelo menos não fiquei.-----

Realmente não posso estar mais de acordo, com lição do nosso camarada Zózimo, foi uma lição. A gente não está aqui para aprender, alguns, alguns estão para aprender também, permita-me a lição.-----

Foi uma lição e só lamento não ter a capacidade intelectual do professor Marcelo, senão dava-lhe um vinte, também não teria mérito se aprendi, dar-lhe um vinte sendo assim só lhe dou um vinte pela minha capacidade de aprendizagem, é o mínimo que posso fazer, aprendi tudo.-----

Aprendi tudo e deixe-me dizer-lhe que a nossa bancada, ganhou vinte a zero. Compôs muito bem o seu articulado, meu caro camarada, com a ironia do Hernâni Lopes.-----

E eu queria completar essa ironia, porque essa é minha forma de ser feliz, foi que hoje quando liguei o rádio e ouvi uma notícia, e essa notícia meus caros amigos, caros senhores e minhas senhoras, e a notícia começou a preocupar porque se falava realmente das dificuldades do país e os números coincidiam com os números que tínhamos estado ontem a analisar. E só sosseguei do pessimismo porque no fim disseram, este país vai ter uma dificuldade acrescida de entrar para a comunidade económica europeia, logo aí fiquei descansado porque não era connosco(nós já lá estamos, para quem não saiba), mas estava-se a referir a Malta, e eles portanto têm que aprender alguma língua que se fale na Europa Comunitária, têm lá um dialecto que só eles entendem. Portanto o pobre do maltês, tem a vida económica tão distorcida, que mais parecia a nossa, mas felizmente não era a nossa e felizmente nós já falamos uma língua que é conhecida da comunidade económica europeia.-----

Falou-se aqui da Auto Europa e das duas Siemens, quem falou nisso foi o Presidente da Siemens e disse que Portugal tinha o problema económico resolvido, se houvesse duas Siemens e duas Auto Europa, o que é realmente um bocado optimista, mas que seja um bocado revelador.-----

Bom os espanhóis já têm quase os bancos todos, os alemães já têm a industria pesada electrónica e automóvel, a Renault completa o rastilho e qualquer dia somos imigrantes cá dentro e não lá fora, quer dizer isso é uma coisa que já era prevista, mas enfim este Governo não sabe fazer melhor, eu acredito que tenham optimismo e esperança.-----

Voltando aqui à nossa casa, o nosso camarada Zózimo falou de coisas concretas, das receitas previsíveis, das despesas previsíveis e eu gostava de vos dizer o seguinte, minhas senhoras e meus senhores: isto já



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

teve as leituras e o tratamento da Câmara e portanto os nossos partidos já tomaram a posição no Governo da Câmara, felizmente isto é uma Câmara que está em concórdia, que está em harmonia e portanto os números que aqui estão podemos dizer que são da responsabilidade de todos, estamos todos, permitam-me a expressão, como dizia uma camarada minha nas discussões dos trabalhos, o espírito natalício tem que permitir muita coisa, muita tolerância, portanto não vamos estar aqui a esgatanhar.-----

Bom se me permitem, para dar uma de espírito natalício, a mentira 1, 2 e 3, já não sei ao que me refiro, mas deve ser as várias mentiras que o PS pregou ao país quando se candidatou às eleições e que agora não está a cumprir, ou não é o PS que está no Governo, não sei não deve ser PS que está no Governo.-----

Gostava de dizer que realmente os portugueses votaram numa expectativa e realmente receberam o troco, receberam o IVA, a portagem a mais, é para aplaudir, se calhar é culpa do PS, bem o único mérito foi acabar com o IPE e meter a malta toda nos hospitais, portanto deixam de ganhar dinheiro à boa vida, passam a ir para os hospitais tratar-lhes da saúde, penso que esta é realmente a grande obra deste governo, que vai ficar para o futuro, desfazer o nó. Mas também aí se falou no eixo norte/sul, quem vai resolver é este Governo, eu pergunto se não for o Santana Lopes com o dinheiro da Câmara, não sei onde é que este Governo vai buscar dinheiro para fazer alguma coisa, mas enfim.-----

Porque o hospital que vão fazer meus caros amigos, também é com dinheiro dos privados, não é com o dinheiro do governo, enfim também é uma perspectiva.-----

De qualquer das maneiras eu gostava e com o espírito natalício que me pediu a Franchi e eu gostava de mantê-lo, eu penso que uma frase feliz do espírito natalício é que: o futuro é feito para todos, mas para todos.-----

Agora gostaria porque isso poderia parecer mal da minha parte, dedicar duas palavras simpáticas ao jovem Deputado Rui Ribeiro, porque também se tocou com a lição, mas ao contrário, disse que o nosso Presidente tinha aprendido a vender património com a Ferreira Leite, vocês esclareçam-me onde é que está o património vendido, dessa eu não sei.-----

Se ele tem ido às aulas com a Ferreira Leite, eu acho que isso é um crime partidário, sem nos dizer nada, ele anda-se a portar mal, qual é o património que ele quer vender, mas isso ele tem que nos esclarecer e é bom que nos diga.-----

Mas gostava de lhe dizer uma coisa, vem aí um grande timoneiro, tive oportunidade de ler num jornal da terra, que o PSD tem uma máquina, mas não tem ideias para a conduzir e parece que o seu líder da Concelhia, conta consigo e mais uma camarada sua, para conduzir a máquina pesada do PSD a bom porto. Portanto quero dizer-lhe que o Senhor Deputado, além de nos poder esclarecer aquilo que afirmou, podia esclarecer o seu líder, porque penso que devem querer esclarecer os dois muita coisa.-----

O nosso deputado da bancada do PSD, senhor João Rego Carvalho da Pontinha, faz aqui uma equação engraçada, porque equipara o Iraque à Pontinha e espero que não compare o Guerreiro ao Saddam, porque ele é muito gordo para caber no buraco.-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Mas gostava de lhe dizer também de lição, parece que ficaram tocados, quer dizer esta gente nem quando aprende gosta, eu gosto tanto de aprender, mas há um termo que recorre aqui com muita clareza, a flexibilidade no orçamento.-----

Senhor Presidente eu não estou a dirigir-me a si, estou a dirigir-me à Senhora Presidente, mas era bom que ouvisse, que realmente uma caixa de ideias à entrada da Câmara, para ter ideias para arranjar dinheiro, ou uma caixa das esmolas, a igreja também tem.-----

Senhora Presidente, a ironia como eu referi no principio também faz bem à saúde e penso não estar a magoar ninguém.-----

Só queria referir por último o seguinte, o nosso Deputado Municipal não vem com flexibilidade, mas é recorrente, porque na 1ª Sessão, ele contrariou a história das botas ferradas a aço para os cães, nós íamos maltratar os funcionários camarários, íamos maltratar os cães com as botas, e voltou agora que estamos a gastar muito dinheiro com os urinóis para os cães, das duas uma ou detestamos os cães ou tratamos bem os cães, também temos que saber onde é que ficamos com a lição dos cães, se é para tratar mal os cães ao pontapé ou se é realmente criar urinóis?!-----

De maneira que eu não queria ficar com má imagem de urinóis e cães, gostava de ficar com uma imagem de boa disposição e desejar a todos bom natal e a seguir logo um feliz ano novo a todos sem excepção e muitas prendinhas no sapatinho.-----

Muito boa noite a todos e obrigado pela atenção.“-----

Francisco Pereira, pela bancada da **CDU**, proferiu a seguinte intervenção:-----

“Boa noite Senhora Presidente, membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores representantes dos vários Partidos, eu vou adaptar aqui um pouco a minha intervenção porque eu ia falar sobre o Plano de Actividades e o Orçamento do Município e para me enquadrar na abordagem que está a ser feita, vou fazer aqui uma pequena adaptação portanto à intervenção.-----

A primeira questão é para referir que em relação à questão do Pacto de Estabilidade, eu creio de facto poucas pessoas terão, percebido o que se passou, eu creio que a generalidade das pessoas perceberam e bem o que é que se passou e mesmo esta questão do Volkswagen ser uma marca Alemã, eu recordava só que, muitos Portugueses até dizem que a única coisa que sabem dizer em Alemão é Volkswagen, portanto eu creio que neste aspecto este assunto estaria devidamente arrumado.-----

Em relação à questão dos dez milhões de Euros, para a instalação do Município, eu creio de facto foi uma lacuna não ter sido colocado em Orçamentos anteriores, em Planos anteriores, eu creio que, desde que houve o compromisso portanto de apoio, e que estava na Lei, quanto à instalação do Município e desde o momento portanto em que esse apoio não veio, portanto que os Governos Portugueses estão em falta



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

para com o Município de Odivelas, aquilo que nós estamos a fazer é reivindicar uma coisa que nós temos direito que é sermos ressarcidos pelas despesas, da instalação nos termos da Lei .-----

Um outro aspecto e também ainda em relação a este panorama de desenvolvimento que o País está a decorrer, eu creio que todos tivemos acesso a um estudo comparativo sobre os salários e preços na União Europeia e todos podemos verificar que o salário médio em Portugal, portanto é de oitocentos e oitenta e sete Euros e meio, em Espanha de mil quatrocentos e oitenta e cinco Euros, chamar a atenção que há quinze anos atrás, Espanha tinha o mesmo salário médio, portanto e o poder de compra idêntico ao Português mas passados quinze anos há aqui uma diferença quase do dobro do poder de compra e do salário médio Espanhol em relação ao Português, em relação a França, portanto mil seiscentos e sessenta e três Euros, no Reino Unido dois mil cento e trinta e três, na Alemanha dois quatrocentos e noventa e oito Euros, portanto o que quer dizer de facto que estamos a aproximar tal como os vários Governos tem referido, estamos de facto a aproximar portanto dos outros Países Europeus, estamos a aproximar de facto da meta, ou seja cada vez há uma declagem maior entre a situação no nosso País do ponto de vista dos rendimentos, do ponto de vista da capacidade portanto dos Portugueses e aquilo que se passa com os cidadãos, portanto de outros Países da União Europeia.-----

Entrando agora no nosso assunto, referir o seguinte, como já foi dito de facto o debate nesta Assembleia em relação ao Orçamento e às grandes Opções do Plano, ocorre num quadro extremamente difícil, portanto nós também fazemos esta consideração, por um lado porque a situação é fortemente condicionada por uma herança de opções, prioridades e práticas que todos conhecemos e que justificaram repetidamente a nossa posição crítica, por outro lado pelas dificuldades criadas com a ausência do apoio financeiro governamental ao processo de instalação o que levou a que a CDU também propusesse a consagração ao nível das receitas da verba que está consignada e por outro lado também porque essas dificuldades foram agravadas pela política perseguida pelo Governo PDS/PP de injustas restrições e estrangulamentos financeiros às Autarquias assim como a falta de investimento ao nível do PIDDAC no Concelho de Odivelas.-----

Lamentavelmente, é hoje evidente que as medidas preconizadas e implementadas com vista ao reequilíbrio financeiro do Município, não atingiram o resultados propostos e necessários. É absolutamente urgente diminuir as dívidas e recuperar os atrasos nos pagamentos, feitos em função de critérios que não conhecemos, em que não participamos e por vezes não compreendemos mas que criaram e continuam a criar dificuldades sérias à actividade de terceiros, sejam fornecedores, Associações ou Juntas de Freguesia e que não podem deixar de merecer a nossa preocupação, tal como é urgente mais e melhor qualidade nos Serviços que prestamos às populações do nosso Concelho.-----

Apesar dos documentos que estão em apreciação, contemplarem um conjunto de propostas por nós apresentadas e que na nossa opinião os melhoram significativamente, de que o arranque do novo Cemitério Municipal, as Piscinas da Ramada, logo que a candidatura seja aprovada, o início do projecto de



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

requalificação urbana e valorização ambiental em Caneças, portanto são exemplos disso mesmo ou ainda o reforço de verba em áreas importantes como o ambiente a Habitação ou a Saúde e que mereceu a nossa consideração positiva, estes não são os instrumentos de gestão que gostaríamos de estar a apreciar e nos quais nos pudessemos rever em absoluto. Este não é seguramente o Orçamento que Odivelas merece e que melhor serviria os interesses da sua população, quer porque naturalmente reflecte a conjuntura actual favorável que atrás já referi, quer porque evidencia muitas opções e prioridades que não partilhamos, é desse exemplo a criação da Odivelcultur e os seus encargos, mais uma Empresa Municipal para também gerir equipamentos e as consequências financeiras que neste Orçamento já claramente se repercutem com o aumento do subsídio à exploração e a solução de prejuízos de mais de setecentos mil Euros. É desse exemplo o grande desequilíbrio na Repartição dos investimentos pelas sete Freguesias que em nada contribuem e para a necessária atenuação das actuais assimetrias mas que pelo contrário as aprofunda, nós trabalhamos nos dados que estão inscritos no investimento, pensamos que isto reflecte portanto o trabalho que fizemos que reflecte os dados embora poderá haver aqui eventualmente alguma lacuna mas tentamos ir ver Freguesia a Freguesia os investimentos que estão imputados a cada Freguesia.-----

Provavelmente por exemplo o senhor Presidente da Junta do Olival já se apercebeu que tendo o Olival 4,9% da população do concelho, tem apenas 1,1% do investimento previsto em relação às 7 freguesias.-----

Provavelmente também, o Senhor Presidente da Junta da Pontinha já se apercebeu, tendo a população da freguesia da Pontinha, correspondendo a 18,5% do total da população do concelho, tem apenas investimentos na ordem dos 4,5%, no conjunto dos investimentos municipais.-----

E de certeza também que o Presidente da Junta de Caneças, já se apercebeu que tendo a sua população, correspondendo a 7,9% da população do concelho, tem investimentos na ordem dos 3,4%.-----

E certamente também que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Stº Adrião, já se apercebeu correspondendo a sua população a 11,1% do total da população do concelho, tem investimentos na ordem dos 3,2% na sua freguesia.-----

E è evidente que neste contexto global, que também o Senhor Presidente e todos nós da Junta de Freguesia de Odivelas, facilmente nos apercebemos que correspondendo a 39,8% do total do concelho tem investimentos na casa dos 75,6%, incluindo aqui o PROQUAL, evidentemente.-----

E também, certamente. que se nós compararmos as verbas, os totais, com as verbas definidas, encontramos também percentagens interessantíssimas, freguesia a freguesia.-----

É isto a que nós nos referimos quando dizemos que o orçamento deveria também, contribuir para atenuar o desequilíbrio entre as freguesias e não para acentuar esses desequilíbrios.-----

Um outro aspecto, na Ramada também tem 11,6% da população e tem 2,3% de investimento e Famões tem 5,7% da população e tem 9,4% dos investimentos, ou seja, há aqui de facto aspectos interessantíssimos de análise.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Um outro aspecto e que também exemplifica o que nós temos estado a referir, não em relação a este aspecto do investimento das freguesias, é a pouca importância que na nossa opinião é dada aos instrumentos de planeamento e gestão do território e muito em especial ao Plano Director Municipal.-----

Quando paralelamente as pretensões urbanísticas continuam a ser apreciadas e aprovadas e o território é tratado como uma manta de retalhos.-----

A coesão do território e o correcto desenvolvimento, passam na nossa opinião, também pela aceleração na elaboração do PDM e uma grande contenção em matéria de betão, neste período sob a pena de se hipotecar o futuro.-----

A CDU entende que deveria haver uma paragem de novos licenciamentos e a aceleração dos trabalhos do PDM. No mesmo sentido o aumento das verbas nalguns pelouros para iniciativas e actividades, como colóquios, seminários, conferências, até revistas; que não sendo urgentes, nem tendo reflexos directos na qualidade de vida dos cidadãos, no actual quadro de dificuldades deveriam sucumbir perante intervenções prioritárias.-----

Não quer dizer que numa situação de não contenção, não fossem iniciativas interessantes, mas, numa situação de grande esforço de contenção nós pensamos que a contenção deveria começar por aí.-----

E é neste quadro que ficam mais uma vez por fazer, mas que revelam bem as preocupações dos seus proponentes e a diferença de actuação ao nível dos diversos responsáveis políticos.-----

Adiadas ou a marcar passo, ficam em contraponto intervenções fundamentais, como é o caso de pavimentações urgentes e essenciais, da varrição e da lavagem mecânica das ruas (interrompida desde 2000) ou as intervenções nas linhas de água, que embora conheçam o reforçam nas verbas para o efeito, são ainda manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades já inventariadas.-----

Também o centro de recolha de animais ou o centro administrativo e o edifício para os serviços camarários ficam também adiados.-----

Consideramos também urgente repor aos níveis de apoio ao movimento associativo e às escolas do concelho.-----

Por último uma palavra de saudação aos dirigentes, aos trabalhadores do município que neste quadro difícil, complicado, através do seu esforço e da sua dedicação, têm contribuindo para ultrapassar muitos dos problemas que se colocam.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“Bem, eu gostaria de vir aqui fazer uma intervenção para ver se conseguia chegar aos 100%, mas sinceramente não quero prejudicar meus colegas Presidentes de Junta que têm direito a ter nas suas freguesias as obras que cada freguesia merece.-----

Mas eu até pensei que isso fosse dito na última intervenção, mas como não foi e compete-me a mim fazê-lo, como sou Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, vou ver se consigo aumentar mais alguns pontinhos, para que algumas obras de grande importância para esta cidade sejam feitas, até porque elas foram um compromisso assumido já alguns anos e são uma necessidade urgente para esta freguesia.-----

Refiro-me à intervenção no mercado, concretamente na requalificação do espaço onde se realiza a feira da Arroja. Devo referir que estes projectos não estão no PROQUAL e obviamente que os 75% que ouviram aqui falar, têm que ver concretamente com a intervenção do PROQUAL, que é um projecto que tem o seu perímetro na cidade de Odivelas, mas que serve também as outras freguesias.-----

Penso que com o exercício anterior estamos a iludir as pessoas, mas provavelmente este exercício que foi feito, não foi o mesmo que foi feito antigamente, quando este território pertencia a Loures e quando naquela altura a população deste concelho era cerca de 42% e as receitas também nessa ordem, também o investimento não era nesta ordem, era um investimento ínfimo.-----

Devo referir que no último ano em que o orçamento em Loures foi aprovado, o concelho de Odivelas, actual território do concelho de Odivelas tinha um valor de investimento de 450 mil contos, vocês vejam o que eram 450 mil contos para um orçamento da grandeza que era Loures.-----

Pensava que o Senhor Deputado Municipal que me antecedeu viesse dizer isto, não disse, fez agora um exercício de acordo com os números que tem, acho bem, eu vou também fazer o meu exercício.-----

Na análise que fiz às opções do plano, verifico que temos neste plano ainda não definido, a intervenção do mercado da Arroja, é o mesmo que dizer que a intervenção não vai ser feita.-----

De facto esta situação não é tolerável, não pode adiar-se por mais tempo, a intervenção do mercado está esgotar-se. Portanto, neste momento temos problemas sérios no mercado e o Senhor Presidente da Câmara sabe disso, o executivo municipal sabe disso e o Senhor Vereador também o sabe.-----

Temos consciências que 1ª fase da Arroja necessitava urgentemente desta intervenção e provavelmente não sei quais foram as prioridades, mas verifico que estas obras não estão lá, aliás quero dizer que para além do PROQUAL, Odivelas não tem obras neste plano.-----

E seguramente que estas eram aquelas que maior prioridade mereciam da Câmara, esse facto não foi atendido, espero que o facto de ainda não estar definido não seja motivo para adiar por mais tempo, provavelmente não quer dizer até que a sua inscrição, no plano para um determinado ano, seja um factor de cumprimento, pode não ser um factor de cumprimento.-----

Aliás como nós estamos habituados aos PIDDAC, portanto é também assim, muitas vezes inclui-se e não se faz, eu espero que apesar de não estarem incluídas, espero que se façam e faço aqui um apelo muito



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

sério a esta Câmara, para que registe esta minha intervenção, porque eu não posso calar-me e não posso deixar de protestar pelo facto de estas obras não estarem incluídas neste plano.-----

Acho que Odivelas merecia isto, tem apenas aquele mercado, que está a funcionar bastante mal, que tem os seus esgotos saturados, está tudo partido, prevê-se inclusivamente uma intervenção na rede de frio do mercado no valor 150 mil euros e esta intervenção já estava prevista para 2001, não foi em 2001, não foi 2002, está novamente no plano de 2003, não sei se vai ser feito também, mas não chega, é preciso todo o resto porque a Cidade de Odivelas merece e acho que temos que entender que um equipamento deste género não pode estar de forma nenhuma ao abandono, da forma como está.-----

Senhor Presidente faço-lhe este apelo porque entendo que isto é mesmo necessário, tenho consciência que existem outras obras prioritárias nesta cidade, mas também tenho consciência que é impossível e insustentável que o município possa acudir a tudo.-----

Tudo isso eu entendo, mas de facto estas obras são extremamente urgentes para a Cidade de Odivelas e para a sua população.-----

Muito Obrigado.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Srª Presidente, pretendo colocar algumas questões relacionadas com o Orçamento, naturalmente, muito importantes para a população de Caneças.-----

Nos Mapas de Transferências para as Juntas de Freguesia relativas ao Protocolo de Delegação de Competências, na página 56 do Orçamento, na Coluna referente a Caneças, verificamos que o número de cantoneiros que nos estão atribuídos é de 15, quando nos anos anteriores esse número era de 17 cantoneiros.-----

Consideramos que as áreas a limpar não reduziram, antes pelo contrário, aumentaram e os 17 afiguram-se manifestamente insuficientes, solicito a seguinte confirmação:-----

Se se trata de um erro e o mesmo vai ser corrigido, ou pelo contrario, houve mesmo uma redução de efectivos?-----

É que numa altura em que se contam os tostões, no ano 2003 recebemos 196 mil euros, e para 2004 está no Orçamento 162 mil euros para desempenhar esta tarefa. É uma diferença de cerca de 34 mil euros para menos e que muito contribuirá para o avolumar das nossas dificuldades.-----

Quanto á rubrica para a construção de um Canil, verifica-se que está contemplada para o segundo semestre de 2005, o que significa que até lá vamos ter de aguentar com autenticas matilhas de cães nas ruas do nosso concelho. Em Caneças, esta situação vem sendo crítica para a população que por vezes tem de desviar caminho para não se cruzar com estes animais errantes ou abandonados na via pública.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Outra praga que não vemos resolvida, nem minimizada, são as viaturas abandonadas. Não só estão a ocupar espaço de estacionamento na via pública, como vastas vezes servem para outros fins, como sejam armazéns de sucatas ou, mais grave, para recolha e abrigo de marginais e para outras actividades menos dignas.-----

A questão que coloco é a seguinte:-----

Quando pensa a CM resolver esta situação? Naturalmente que necessita de dotar o Orçamento com verbas adequadas para conseguir os meios indispensáveis á prestação deste importante serviço.-----

Os Bairros de Génese Ilegal, carecem de um forte empurrão com vista á sua legalização, para isso são necessários meios financeiros que não encontramos disponíveis no Orçamento. Necessitam de receber as suas participações, em tempo, para resolver os seus problemas imediatos.-----

O Plano de Urbanização de Caneças tem a rubrica aberta com 1000 euros, isso revela bem o interesse que a CM tem em resolver este assunto que já vinha de Loures, em passo lento, mas aqui, parece ter encailhado.-----

Consideramos ser um documento muito importante para a Vila de Caneças, por ele se poderá perceber qual a orientação a seguir, num futuro próximo. -----

As acessibilidades nesta Freguesia são o caos , não há meio de se resolver a questão da Rodoviária e, não por este orçamento que lá vamos, se considerarmos que as verbas previstas neste documento, não estão definidas.-----

Não é possível aprovar novas urbanizações em Caneças sem que se resolvam as acessibilidades, isto é, as variantes e outras novas vias que descentalizem o trânsito do centro da Vila.-----

Aliás, não podemos gastar tudo no centro do concelho, sem olhar para a periférica, também ela, importante no conjunto do Município.-----

No que respeita a instalações para o pessoal de limpeza e jardinagem, as verbas são manifestamente insuficientes e por definir.-----

É necessário resolver esta situação, precária, para que este serviço seja garantido nas melhores condições. Senhora Presidente, Srs Representantes, a nosso ver, este Orçamento poderia muito bem satisfazer algumas das necessidades prioritárias que aqui enumerei, bastava que tivesse havido a coragem de eliminar algumas rubricas acessórias, e se reforçassem ou criassem aquelas que mais rapidamente nos conduzissem á resolução dos justos anseios da nossa população.” -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;-----

Maria João Tavares, substituta legal do Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“A bancada da CDU manifesta a sua preocupação relativamente ao P.D.C.J.F.-----
Não podemos deixar de mencionar que as áreas e equipamentos nos quais assentam as competências delegadas, ainda são as mesmas de há 5 anos, não tendo sido actualizados. As urbanizações recepcionadas são muitas, trazendo consigo a manutenção das áreas verdes, parques infantis, calçadas que após curto espaço de tempo da recepção, é necessário reparar, tapetes que rapidamente se danificam. É urgente e necessário actualizar as áreas dos espaços verdes, pavimentos, calçadas, equipamentos e outros de forma a permitir às Juntas de Freguesia desenvolverem e cumprirem com dignidade as competências que lhes são delegadas.-----

A situação que temos contraria em absoluto toda a propaganda que tem sido feita em relação à Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, quando se menciona o facilitismo, a prontidão, a proximidade e o desenvolvimento.-----

Na Ramada só temos tido mais para cuidar, para arranjar, para tapar, mais encargos. A receita é sensivelmente a mesma de alguns anos para cá, estamos no limite.-----

Agora o Orçamento para 2004 no toca à freguesia da Ramada. Estamos pura e simplesmente incrédulos com as verbas que nos são apresentadas, porquanto sendo a Ramada a 3ª freguesia do Concelho, tem o mais 2ª mais baixo orçamento de investimento municipal a definido do Concelho. E não temos a certeza da sua execução, cerca de 379.000.00 Euros.-----

É notória a disparidade e discricionaridade dos investimentos nas várias freguesias, que não se justificam pelos fundamentos de alguns que outras precisam mais do que a Ramada.-----

Temos assistido nos últimos tempos, a que nada se faça na Ramada, já é tempo de invertermos, mesmo que isto não sirva interesses de alguns. Os 17.000 habitantes da freguesia da Ramada merecem mais e melhor!-----

Odivelas, 18 de Dezembro de 2003.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Peixoto**, pela bancada da **PS**.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos às questões levantadas pelos Deputados Municipais, que seguidamente se transcreve:-----

“Senhora Presidente-----

Penso que a dignidade deste debate o merece e que o respeito que tenho por esta Assembleia Municipal merece que eu responda a todas as questões, de uma forma suscita, para não absorver muito do vosso tempo.-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Antes de mais agradecer ao Deputado Zózimo e felicitá-lo pelo estímulo que a sua intervenção significa para esta Câmara, para continuar mais e melhor o trabalho que tem vindo a desenvolver desde que foi criado este Município, quer no tempo da Comissão Instaladora quer na Câmara.-----

Em relação ao meu amigo Luís Salmonete, dizer-lhe que deve ter uma informação secreta da Senhora Ministra Manuela Ferreira Leite.-----

De facto o que nós temos a haver são 7 milhões e tal de euros, é o que está no computador do Ministério das Finanças.-----

Só que a Senhora Ministra já deu a entender em privado, que só teria 50% em 2005 para dar e que os restantes 50% só daria para o ano de 2006. Portanto os tais 3 milhões de euros que Senhor Luís Salmonete diz que provavelmente recebemos do Governo nem sequer deveremos receber em 2004, como prometido, por isso, já alguém- lhe assobiou ao ouvido, que a Senhora Ministra das Finanças se prepara para fazer “batota” e dividir as dívidas de SISA à Câmara em dois anos, mas a começar só em 2005 o que é gravíssimo.-----

Segunda situação, em relação aos 10 milhões de euros que aqui reivindicámos, Senhor Deputado Luís Salmonete, vou ser muito claro: o processo de conclusão de partilha com o Município de Loures terminou em Agosto de 2001 e digo-lhe sinceramente para mim, quando vi a forma descarada como o Governo está a ressarcir anualmente a Região Autónoma da Madeira e que por razões menos ponderosas o Governo nunca regateou um tostão ao Governo Regional da Madeira, eu acho que não há direito que este Governo não trate o Município de Odivelas com a mesma dignidade com que trata a Região Autónoma da Madeira.

E por isso Senhor Deputado Luís Salmonete estes 10 milhões de contos, estão aqui bem escritos e vão ser bem fundamentados com outros factos, para que o Município de Odivelas não possa ser discriminado em relação a comportamentos que o Governo tem tido em relação a outras situações, nomeadamente outros Municípios, que não são do PS e que têm tido benesses que o PS não tem.-----

E esta reivindicação vai ser devidamente fundamentada ao Governo. Se disser não, o ónus é do Governo, mas este 10 milhões de contos vão continuar a constar, porque eu não estou disposto a dispensá-los enquanto Presidente de Câmara.-----

E dizer também, Senhor Deputado Luís Salmonete, de que os 10 milhões de euros, se leu bem o orçamento, (espero bem que o tenha lido) não é para aumentar a despesa, é para diminuir os encargos. Como sabe nós nascemos com 5,6 milhões de dívida à Câmara Municipal de Loures e gastámos 4 milhões de contos com a instalação do novo município.-----

E temos passivo perante os bancos. Se este dinheiro vier do Governo, vai todo direitinho para diminuir o passivo e não para aumentar a despesa, porque não é para isso caso que estamos aqui, nem para fazer jogos de equilíbrio nem para criar receitas virtuais. Aliás está escrito aí no meu preâmbulo, para que não fiquem dúvidas para ninguém.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Em relação ao Senhor Deputado Rui Ribeiro, eu hoje se me permite, Senhora Presidente, vou responder a todos. Porque se pensa que eu às vezes não respondo por uma falta de respeito, o que não é verdade, Senhor Deputado com muita honra fui colega de faculdade da Senhora Dr.^a Manuela Ferreira Leite, fomos colegas de Faculdade e lemos pela mesma cartilha, só que uns aprenderam com a vida de uma forma, outros desaprenderam, outros como eu, aprendemos noutros percursos da vida. Eu não estou a vender património, nem este município nem qualquer município, não é um urbanizador nem promotor imobiliário, portanto acho que todos os lotes que vêm à posse dos Municípios pelo menos que tenham vocação de edificabilidade, os Municípios não são promotores nem urbanizadores.-----

Portanto temos que pôr em hasta pública esses lotes, para que quem promove a construção ou quem for promotor ou urbanizador possa fazer porque o Município não tenha essa vocação.-----

Em segundo lugar, dizer-lhe também que fiquei muito satisfeito com esse seu discurso das estratégias, das prioridades porque já ouvi esse discurso ao candidato que concorreu pelo CDS/PP à Câmara de Odivelas e a resposta que os odivelenses deram a essas propostas de estratégia e de grandes prioridades do CDS/PP para este Concelho, foi zero vereadores na Câmara e um deputado municipal em quarenta representantes na Assembleia Municipal. Portanto quanto à estratégia do CDS/PP estamos falados.-----

Em relação ao facto de nós navegar-mos numa maré, acredite que se alguém provocou marés tumultuosas foi quem andou a semear ventos e tempestades com as medidas que o Governo assumiu e nós agora é que estamos a ter um refluxo dessas marés tumultuosas. Não por aquilo que esta Câmara e Comissão Instaladora fez ao longo destes cinco anos, mas por aquilo que em dois anos este Governo está a fazer, provocando de facto tumultos e revoluções, que fazem com que as marés batam na rocha sejam muito fortes e como quem sofre são os mais fracos, os Municípios estão a sofrer esse refluxo tumultuoso das marés que este Governo está a provocar. Senhor Deputado como diz que eu nunca lhe respondo desta vez entendi que devia responder porque não podia ficar sem resposta esta sua questão.-----

Em relação aos jardins, eu penso que anda distraído ou não vive no mesmo concelho onde nós vivemos, não deve viver, concerteza. -----

Todos sabemos da remodelação que está a ser feita naquele jardim, desde a entrada de Odivelas até aos Bombeiros, todos sabemos da reformulação que está a ser feita desde o parque urbano dos Bombeiros até ao parque Urbano do Silvado.-----

Todos sabemos dos projectos que estão a ser feitos reformulação do Parque Urbano, no âmbito do PROQUAL, até às Patameiras. Se o Senhor Deputado não souber, solicite uma cópia do PROQUAL para que tenha noção do esforço que está ser feito e também da urbanização que está a ser construída que tem a seu cargo quer o INAG quer o urbanizador, que é a requalificação de toda a entrada de Odivelas, que se bem se recordar e é novo para isso, (eu há vinte e um anos quando vim para Odivelas, e entrada de Odivelas só tinha ferro velhos) e hoje apesar das Obras que causam incómodos a muita gente, está a ser requalificado.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Não importa se são obras do Governo o que importa é que outros não souberam reivindicar e esta Câmara soube reivindicar e bem e em bom tempo, e a obra aí está e em vinte e tal anos não esteve.-----

Portanto Senhor Deputado, eu penso que talvez ande distraído, mas daqui a uns dez anos quando acordar e vir a nova cidade e o nosso concelho, irá perceber que naturalmente nós tínhamos razão.-----

Em relação ao Senhor Deputado João Rego de Carvalho, agradeço-lhe a amabilidade das suas intervenções e sei que o faz no bom sentido, mas a palavra desconforto significa pura e simplesmente que não nos conformamos. É só por isto que este orçamento nos causa algum desconforto, é que não nos conformamos.-----

Entendemos que neste Concelho e os odivelenses merecem mais e melhor e a palavra desconforto está apenas neste sentido e não noutra.-----

Em relação às suas sugestões, o Senhor Vereador responsável pelo ambiente, esteve atento em relação ao canil e ao gatil. Não é por isso que as matilhas de cães que por aí andam, (nós temos um contrato com uma empresa com as capacidades que tem) mas permite a recolha de animais por parte do Município, no âmbito de um contrato que temos. O projecto do nosso canil está a ser elaborado e se reparar para 2005 está lá previsto. Entrarmos em obra com o canil e o gatil, obriga a termos a sua localização, provavelmente ninguém quer um canil e um gatil à porta de sua casa, e muitas vezes o estudo de localização de um equipamento como este leva muito tempo, porque não queremos causar perturbações às pessoas e queremos que um equipamento como este tenha uma localização adequada. Foi isto que se passou, o projecto vai arrancar em 2005 se tudo correr bem.-----

Sobre o mercado da Pontinha, quero dizer-lhe que o mercado, independentemente do que falei primeiro nas negociações com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, irá ter uma engenharia financeira que pode ter custo zero para o município de Lisboa e para município de Odivelas. Em segundo lugar, em relação às conversações com o Senhor Presidente da Câmara, ontem mesmo no âmbito da conversa que tive com o Senhor Presidente da Câmara, entreguei-lhe um ofício onde designei quais eram os três representantes do grupo técnico do Município de Odivelas, para o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa designar quais são os seus três ou quatro representantes, para desta forma começarmos de imediato os projectos que estão, naturalmente, indicados por nós e que o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa concordou para aquela terra de ninguém. Portanto da nossa parte, Município de Odivelas, cumprimos a nossa obrigação, designámos já os técnicos e esperamos agora que Lisboa designe também os seus técnicos.-----

Em relação ao Senhor Deputado Francisco Pereira, eu reconheço também que é urgente diminuir as dívidas e se todos lemos, não foi naturalmente por culpa do Município que as dívidas não se diminuíram porque se tivesse recebido, em termos normais, as receitas que tivemos em 2001 e em 2002, as dívidas não só estavam reduzidas como nem sequer existiam.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

E depois Senhor Deputado Municipal quero dizer-lhe que também não pode esquecer os anos que pertenceu à Comissão Instaladora e sabe tão bem como eu, porque também participou nos custos de instalação e de divulgação da criação do novo município. E sabe perfeitamente qual foi o custo que suportámos com a instalação do município e a herança que tivemos deste novo concelho e que vamos ter que pagar nesta geração e esperamos que a próxima já não tenha que pagar nada.-----

Mas também não desconhece Senhor Deputado Municipal Francisco Pereira, porque estava na Comissão Instaladora, e assistiu a algumas reuniões, que constatámos que o Departamento de Obras Municipais do Concelho de Loures, quando foi criado este concelho, tinha investimentos para as sete freguesias deste concelho, que não ultrapassavam os 450 mil contos anuais. Esta foi a informação que nos foi dada numa reunião que tivemos no DOM da Câmara de Loures, em que eu estive presente.-----

E depois Senhor Deputado Municipal quem criou a Odivelcultur e os problemas que nós herdamos não foi a Câmara de Odivelas. Foram quatro Câmaras que então eram lideradas pela CDU, que criaram um projecto que não souberam dar corpo, que custava milhares de contos a cada um dos quatro concelhos e mesmo assim a Câmara Municipal de Loures não inscrevia nas contas muitos custos como segurança, a limpeza, que suportava do seu orçamento privativo e portanto não podemos comparar aquilo que não é comparável. E de facto não fomos nós que criámos o projecto da AMASCLUTURA, mas tivemos a dignidade de assumir que estando aqui um equipamento no território de Odivelas, tínhamos que resolver o problema, dos trabalhadores que ali estavam. Eram quatorze que estavam com regime de contratos precários, muitos deles ao longo de doze anos e que o Concelho de Odivelas teve a coragem de assumir perante esses trabalhadores a regularização da sua situação.-----

Dizer também Senhor Deputado Municipal Francisco Pereira, que em relação ao projecto da Odivelgest também não preciso de lhe falar, e sabe bem o esforço que tem vindo a ser feito por este Município para que rapidamente Odivelgest tenha uma situação equilibrada, e sabe bem, até pelas fotografias que recebeu enquanto membro da Comissão Instaladora do estado degradante em que recebemos as instalações da Odivelgest.-----

Queria também naturalmente, dizer-lhe Senhor Deputado Francisco Pereira, que como economista não quero dar lições a ninguém, porque aqui alguém já deu lições e boas. Dizer-lhe apenas que o investimento é fundamental e não se pode medir apenas como uma regra de proporção em relação às populações. E de facto nós temos que ser muito correctos quando fazemos análises.-----

Quando se recolhem elementos freguesia a freguesia, tem que se ir ver primeiro quais são as obras que o DOM tem escritas no seu orçamento, que não estando destacadas em termos de intervenções de freguesia a freguesia, não sei onde vai buscar esses números. Temos que juntar freguesia a freguesia, quando é que a cultura, a acção social intervém nas colectividades, clubes e nas associações de cada freguesia. São despesas que naturalmente nós também desenvolvemos em cada freguesia e portanto se queremos fazer as contas, vamos fazê-las bem feitas e há no Município quem o possa ajudar, para destacar se for caso



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

disso, quais são as intervenções que o DOM nas suas verbas genéricas de intervenção, quer no parque escolar quer nos arruamentos, quer em várias situações tem previstas freguesia a freguesia.-----

Mas como compreende e já vem do seu conhecimento quer da comissão instaladora, quer enquanto foi vereador da Câmara Loures, que há verbas que não são especializadas por freguesia e aparece naturalmente uma verba genérica.-----

E depois quando nós aqui avaliámos betão e que queremos acabar com o betão, quero dizer-lhe que, ao que julgo, durante dez anos foi Vereador da Câmara de Loures e teve à sua responsabilidade o urbanismo. E que eu saiba não fomos nós que aprovamos a Ribeirada, não foi a Câmara de Odivelas aprovou a primeira, a segunda, a terceira a quarta fase da Radial da Ramada, não fomos nós que aprovámos o projecto de Stº António de Cavaleiros, e outros que tais.-----

Algum pecado havemos de ter cometido, mas também convém que não saíamos daqui absolvidos, como se não tivéssemos nunca na vida cometido pecados nenhuns e nos limitamos a atirar pedras aos outros, sem pensar que temos telhados de vidro, e que portanto agora todo o mal não nasceu agora a criação do concelho de Odivelas e que a história apagou por completo aquilo que se passou e que o Concelho que herdámos apareceu subitamente sem que nunca que ninguém tivesse intervindo, cá antes de nós sermos concelho de Odivelas.”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, em direito de resposta à intervenção do Presidente da Câmara Municipal, que seguidamente se transcreve:-----

“Tenho que dizer que não tenho dúvidas que o Senhor Presidente da Câmara vai fundamentar bem o seu pedido ao Governo, a reivindicação dos 10 milhões de euros devidos segundo as palavras do Senhor Presidente pela instalação do município e oxalá seja bem sucedido.-----

Nem me passou pela cabeça nem ao PSD, se hipoteticamente esse dinheiro viesse, fosse para investimento e que isto fique bem claro.-----

Mas, sendo assim, porque é que o Partido Socialista votou contra na Assembleia da República uma proposta do PCP para ajuda da instalação aos novos municípios? Aceitei as explicações vindas de um homem que tem os pés bem assentes no chão, que é o Senhor Presidente Vítor Peixoto, que na Pontinha, em 27 de Fevereiro, também na qualidade de Presidente da Concelhia do PS disse o seguinte: não há nenhum Governo que possa dar-se ao luxo de descentralizar uma verba de dois milhões de contos para apoio financeiro ao Município e foi nessa base que eu fiz esta minha intervenção.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Maria João Tavares, substituta legal do Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, pela bancada da **CDU**, em direito de resposta à intervenção do Presidente da Câmara Municipal e do Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, que seguidamente se transcreve:-----

“Eu só queria fazer também em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que o que eu referi foi que os valores, ou seja, as áreas e os equipamentos em que assentam os montantes transferidos para as Juntas não tinham sido actualizados.-----

Foi a única coisa que referi, a minha intervenção está na posse da mesa, portanto era só para fazer esta referência.“-----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS e do PSD, com o voto contra da bancada do CDS/PP, e com a abstenção da bancada da CDU.**-----

Pelos Deputados Municipais **Sandra Pereira, Francisco Pereira e Eduarda Barros**, da bancada do **PSD**, da **CDU** e do **PS**, respectivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:-----

Sandra Pereira-----

“Há um ano atrás os Deputados Municipais do PPD/PSD votaram favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003 assente no princípio da responsabilidade e solidariedade institucional que sempre norteou o PSD nas suas funções.-----

Dissemos e assumimos que gostaríamos de ter votado um documento que tivesse uma repercussão mais imediata na qualidade de vida dos municípios de Odivelas.-----

Mas dissemos também, de forma clara e inequívoca, que compreendíamos os pressupostos macro-económicos relativos ao estado da Economia Nacional, com reflexos óbvios nas finanças municipais.-----

Por isso votámos um orçamento de contenção e rigor que nos permitisse encarar o ano de 2004 numa perspectiva diferente, numa perspectiva de retoma do ciclo de investimento e desenvolvimento.-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Passado um ano verificamos que as principais economias mundiais só agora começam a dar os primeiros passos de retoma, e recentes dados da OCDE revelam uma sintomática melhoria dos indicadores económicos para Portugal nos anos 2004 e 2005.-----

O tempo é de avaliação e de esperança-----

Avaliação globalmente positiva é o balanço que fazemos do esforço de contenção e exigência que foi pedida a toda a estrutura Municipal, e o PPD/PSD cumpriu com rigor e total empenho permitindo significativas melhorias no que se refere ao controlo da despesa e no desenvolvimento das áreas de intervenção que nos estão delegadas.-----

Mantemos, contudo a opinião que se poderá ter perdido uma excelente oportunidade de ter ido ainda mais longe neste esforço de contenção, se tivessem sido consideradas as posições várias vezes assumidas pelo PSD perante o restante executivo Municipal, embora o PSD compreenda que essas posições traduzem uma definição das nossas prioridades políticas.-----

E mesmo tendo ainda presente alguma incerteza quanto às consequências das alterações introduzidas no regime legal de tributação do património acreditamos deveras que este ano de 2004 já se poderá verificar significativos aumentos da receita municipal ao nível dos novos impostos neste domínio, nomeadamente no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e no Imposto Municipal sobre a transação de Bens Imóveis (IMT).----

O nosso voto favorável para este Orçamento parte do pressuposto essencial de que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004 são para realizar de forma efectiva.”-----

Francisco Pereira-----

“O debate nesta Assembleia Municipal do Orçamento e das Grandes opções do Plano, para o próximo ano, ocorre num quadro particularmente difícil.-----

Porque a situação é fortemente condicionada por uma herança de opções, prioridades e práticas que todos conhecemos e justificaram, repetidamente, a nossa posição crítica, e pelas dificuldades criadas com a ausência de apoio financeiro governamental ao processo de instalação, o que levou a CDU a propor a consagração, ao nível das receitas de 10.000.000 de euros relativos aos custos de instalação e cujo ressarcimento pelo Governo tem que continuar a ser exigido. Dificuldades essas profundamente agravadas pela política prosseguida pelo governo PSD/PP, de injustas restrições e estrangulamentos financeiros às autarquias assim como a falta de investimentos ao nível do PIDDAC, no Concelho de Odivelas.-----

Lamentavelmente é hoje evidente que as medidas municipais preconizadas e implementadas, com vista ao equilíbrio financeiro do município, não atingiram os resultados propostos e necessários.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

É absolutamente urgente, diminuir as dívidas e recuperar os atrasos nos pagamentos - feitos em função de critérios que não conhecemos, em que não participamos e por vezes não compreendemos - mas que criaram e continuam a criar dificuldades sérias à actividade de terceiros, sejam fornecedores, associações ou juntas de freguesia e que não podem deixar de merecer a nossa preocupação. -----

Tal como é urgente mais e melhor qualidade nos serviços que prestamos às populações do nosso concelho. Apesar dos documentos agora aprovados contemplarem um conjunto de propostas por nós apresentadas e que os melhoram significativamente de que o arranque do novo cemitério municipal, as piscinas da Ramada logo que a Candidatura seja aprovada ou o início do projecto integrado de requalificação urbana e valorização ambiental, em Caneças, são disso exemplo e por outro lado, a consagração ou reforço de verbas em áreas importantes como o ambiente, a habitação ou a saúde e que merecem a nossa consideração positiva. -----

Estes não são os instrumentos de gestão que gostaríamos de estar a apreciar e nos quais nos pudessemos rever. Este não é seguramente o Orçamento que Odivelas merece e que melhor serviria os interesses da sua população.-----

Quer porque, naturalmente, reflecte a conjuntura actual desfavorável quer porque evidencia muitas opções e prioridades que não partilhamos.-----

É disso exemplo a criação da Odivelcultur e os seus encargos, mais uma empresa municipal para, também, gerir equipamentos, e as consequências financeiras que neste orçamento já claramente se repercutem: aumento do subsídio à exploração de 520.000 para 1 milhão de euros e assumpção do prejuízo de mais de 700 mil euros.-----

É disso exemplo o grande desequilíbrio na repartição dos investimentos pelas sete freguesias, que em nada contribui para a necessária atenuação das actuais assimetrias mas que pelo contrário as aprofunda. Vejamos o seguinte quadro:-----

Freg.	População	%	Total	%	Definido	%	% definido p/ freg.
Caneças	11 630	7,9	1 560 000,00	3,4	628 000,00	2,4	40,2
Famões	8 732	5,7	4 234 000,00	9,4	239 000,00	0,9	5,6
Odivelas	58 276	39,8	33 725 000,00	75,6	22 204 000,00	86,9	65,8
Olival	7 274	4,9	500 000,00	1,1	397 000,00	1,5	79,4
Pontinha	27 160	18,5	2 033 000,00	4,5	1 214 000,00	4,7	55,7
Póvoa	16 360	11,1	1 467 000,00	3,2	484 000,00	1,8	32,9
Ramada	17 000	11,6	1 057 000,00	2,3	379 600,00	1,4	35,8
total	146 072		44 576 000,00		25 545 000,00		



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

É disso exemplo a pouca ou quase nula importância dada aos instrumentos de planeamento e gestão do território, e muito em especial, Plano Director Municipal quando paralelamente, as pretensões urbanísticas continuam a ser apreciadas casuisticamente e o território tratado como uma manta de retalhos. A coesão do território e o correcto desenvolvimento passam, também, pela aceleração na elaboração do PDM e uma grande contenção em matéria de betão neste período, sob pena de se hipotecar o futuro.-----

A CDU entende que devia haver uma paragem de novos licenciamentos e a aceleração dos trabalhos do PDM. -----

No mesmo sentido o aumento de verbas nalguns pelouros para iniciativas e actividades como colóquios seminários conferências e até revistas que, não sendo urgentes nem tendo reflexos directos na qualidade de vida dos cidadãos, no actual quadro de dificuldades deveriam sucumbir perante intervenções prioritárias que ficam mais uma vez por fazer, mas que revelam bem os objectivos e as preocupações dos seus proponentes e a diferença de actuação ao nível dos diferentes responsáveis políticos pelos diferentes pelouros.-----

Adiadas ou a marcar passo ficam, em contraponto, intervenções fundamentais como é o caso de pavimentações urgentes e essenciais, da varrição e lavagem mecânica das ruas - interrompida desde 2000, ou as intervenções nas linhas de água, que embora conheçam um reforço nas verbas para o efeito, são ainda manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades já inventariadas, o Centro de Recolha de Animais ou o Centro Administrativo e o edifício para os serviços municipais.-----

Consideramos também urgente repor os níveis de apoio ao movimento associativo e às escolas do concelho.-----

Por último uma palavra de saudação a todos os dirigentes e trabalhadores municipais, que com o seu esforço, dedicação, criatividade e inovação, têm dado um contributo imprescindível na actividade desenvolvida em condições tão difíceis.-----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas-----
Odivelas, 18 de Dezembro de 2003.”-----

Eduarda Barros-----

“A bancada do PS não pode deixar de se congratular com a aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano de 2004.-----

Temos a consciência que gostaríamos de ir mais longe, mas “nascemos em tempo de vacas magras”.-----

As dívidas que herdámos, e, que fazemos questão de honrar e as dificuldades que, conjuntamente com outros Municípios, nos são impostas pelo Governo limitam as nossas Opções para este orçamento.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Todavia também temos a consciência que sabemos fazer mais e melhor, assim nos dessem meios, ou pelo menos não nos retirassem e que todos os dias damos o máximo do nosso empenhamento em prol da qualidade de vida e do bem estar dos Odivelenses.-----

Bancada do Partido Socialista.”-----

PONTO 3 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR EM 2004-----

Presente para deliberação, a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a Cobrar em 2004, de acordo com o proposto na informação nº54/DFA/JF/2003, de 28/11/2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcreve:-----

“Na sequência da publicação da Lei de autorização legislativa, L. nº 26/2003 de 30 de Julho, o Governo aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, que revoga o Código da Contribuição Autárquica, a partir do dia 01 de Dezembro de 2003.-----

Tendo em conta as disposições legais aludidas, o regime tributário disposto no CIMI é portanto aplicável, a partir de 01 de Dezembro.-----

Faço lembrar que estamos em presença da liquidação de um imposto que recai sobre o ano de 2003, mas a cobrar durante o ano de 2004.-----

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 112º do DL. Nº 297/2003 de 12 de Novembro, as taxas de IMI a aplicar a prédios urbanos, podem variar de 0,4% a 0,8%. Nos termos da alínea c) do mesmo artigo, as taxas a aplicar a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, podem variar de 0,2% a 0,5%.-----

A Taxa de Contribuição Autárquica fixada para 2002 e a cobrar em 2003 foi de 1%.-----

Assim, proponho que as taxas de IMI relativas a 2003 e a cobrar em 2004, a fixar nos termos das alíneas b) e c) do artigo citado e a apresentar pelo Órgão Executivo à Assembleia Municipal sejam: -----

- Prédios urbanos : 0,8%-----
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,5%-----

Quanto aos prédios rústicos, o CIMI fixa uma taxa única de 0,8%.-----

Nos termos do nº 4º do artigo 112º, compete à Assembleia Municipal fixar as taxas referidas. -----

O artigo 24º do DL nº 287/2003 de 12 de Novembro dispõe que, no ano da entrada em vigor do CIMI, a comunicação das deliberações referidas no artigo 114º deve dar entrada na Direcção Geral de Impostos até 31 de Dezembro. Caso contrário, vigorarão para o período a que dizem respeito, as taxas mínimas.-----

O Director do Departamento Financeiro e de Aprovisionamento-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

(João Fernandes, Dr.)”-----

Pela Senhora Presidente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do ponto supra mencionado, cuja intervenção seguidamente se transcreve:-----

“Esta taxa resulta por um lado, da imprevisibilidade que existe neste momento em relação aquilo que será a cobrança deste imposto no ano de 2004, por outro lado resulta também de uma recomendação que Associação Nacional de Municípios dirigiu a todos Municípios portugueses e resulta finalmente de uma deliberação que a própria Junta Metropolitana de Lisboa, a título de mera recomendação, fez aos municípios que integram a área metropolitana.-----

Entendemos que não sendo da nossa parte a intenção de poder punir os nossos cidadãos com uma taxa máxima, pelas repercussões que pode ter naturalmente na sua situação económica e financeira e familiar, face a esta imprevisibilidade e sendo este o primeiro ano, nós não tivemos outra opção senão propor a taxa máxima que foi aprovada na reunião de Câmara. Mas com a ressalva, julgo eu até de todos os partidos, que a partir do próximo ano se se verificar que a arrecadação da receita corresponde á expectativa, se proporá uma diminuição, porque nós nunca cumprimos enquanto município a taxa máxima da anterior contribuição autárquica e também não queremos alinhar pela taxa máxima futuramente, neste novo imposto.-----
Mas neste primeiro ano, por recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses e face ao contexto actual, tivemos que optar pela taxa máxima para o IMI.”-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

António Rosinhas, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Analisada que foi a Proposta, submetida pelo Executivo Municipal, de fixação das taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis a vigorar em 2004;-----

Considerando que, pretendendo mediante a actualização imediata dos valores Patrimoniais Tributários, através da correcção monetária e redução substancial dos limites das taxas, evitar um aumento abrupto exagerado do imposto a pagar, controlando ainda assim, uma eventual quebra da receita;-----

Considerando que o Município de Odivelas não é excepção no que toca às grandes dificuldades sentidas pelos Executivos Municipais de todo o País;-----

Considerando também que esta tributação encontra especial justificação na lógica do principio do beneficio, correspondendo o seu pagamento à contrapartida dos benefícios que os proprietários recebem com obras



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

que o Município lhes proporciona;-----

Considerando ainda, que a fixação das referidas Taxas, tem implicação de natureza estratégica no quadro do desenvolvimento municipal, designadamente naquilo que as relações de complementaridade e competitividade no contexto dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que na sua maioria optaram pela fixação das Taxas Máximas aplicáveis;-----

Vai o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odivelas, votar favoravelmente a Fixação das respectivas Taxas relativas a 2003, a cobrar em 2004, de 0,8% para os prédios Rústicos e Prédios Urbanos não avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e de 0,5% para os prédios urbanos avaliados nos mesmos termos.-----

Odivelas, 16 de Dezembro de 2003-----

Os Elementos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odivelas.”-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, apresentou uma **Proposta de Recomendação** designada como **Proposta A - Taxas IMI**, que seguidamente se transcreve:-----

“Tendo em consideração a grave situação económica que o país atravessa, repercutindo-se necessariamente na degradação da capacidade económica e poder de compra dos portugueses;-----

Considerando que o Governo fez a alteração legislativa da antiga contribuição autárquica para o novo imposto municipal sobre imóveis, sem esperar pela reavaliação patrimonial que irá ser feita pelas finanças, criando com esta medida, além de expectativa, uma grande incógnita pois não se conhecem os futuros verdadeiros valores sobre os quais irá recair este imposto;-----

Considerando que as novas avaliações tenderão a aproximar o valor tributável de todos os imóveis ao respectivo valor do mercado, aumentando a base de incidência do IMI;-----

Considerando que cabe aos municípios definir anualmente as taxas aplicáveis aos prédios urbanos, para vigorarem no ano seguinte, entre os limites legalmente definidos e constantes das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (0,4 a 0,8 e 0,2 a 0,5 respectivamente);-----

Considerando que desde a criação do concelho de Odivelas, a política seguida tem sido a de não aplicação da taxa máxima da antiga contribuição autárquica;-----

Considerando que no actual quadro de dificuldades socio-económicas que o país atravessa, o agravamento deste imposto, com a aplicação da taxa máxima legalmente prevista, significará o indiscutível agravamento das condições de vida dos munícipes do concelho de Odivelas;-----

A CDU propõe, em alternativa à proposta apresentada pela Câmara que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal as seguintes taxas de IMI, a vigorarem em 2004:-----

- a) 0,7 para os prédios urbanos previstos na alínea b) do n.º 1 do artº 112º do CIMI;-----
- b) 0,4 para os prédios urbanos previstos na alínea c) do n.º 1 do artº 112º do CIMI;-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

- c) uma redução de 15% para os prédios urbanos reabilitados, por iniciativa dos seus proprietários ou no prazo de 6 meses a contar da notificação municipal para realização de obras, sempre a aplicar após o decurso do prazo de isenção legalmente previsto.-----

A Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas-----
Odivelas, 18 de Dezembro de 2003.”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;-----

Abílio Santos, pela bancada do **PS**;-----

A **Proposta de Recomendação** designada como **Proposta A - Taxas IMI**, foi colocada à votação para discussão a mesma foi **Rejeitada por Maioria**, com os votos a favor da bancada da **CDU** e contra das bancadas do **PS, PSD e CDS/PP**.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**.-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**,-----

Francisco Pereira, pela bancada da **CDU**,-----

O documento referente ao Ponto 3 foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e CDS/PP, com os votos contra da bancada da CDU**.-----

Pelos Deputados Municipais **António Rosinhas, Francisco Pereira e Luís Martins**, das bancadas do **PS, CDU e PSD**, respectivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:-----

António Rosinhas-----

“A Assembleia Municipal de Odivelas deliberou fixar a taxa máxima no novo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odivelas, votou a favor mal grado preferirmos a aplicação de um valor mais moderado.-----

Com efeito, a grave crise financeira que o Poder Local democrático atravessa, de que o Município de Odivelas não é excepção (mas também não é responsável), obriga-nos a votar no sentido de garantir que



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

sejam assegurados ao nosso Município as condições que lhe permitam manter o nível de satisfação das necessidades dos munícipes de Odivelas.-----

Na verdade, o actual Governo, ao impedir o recurso das autarquias ao crédito e ao ter conduzido o País para uma crise económica que se reflecte directamente nas receitas municipais, deve ser responsabilizado por inteiro e sem hesitações pela adopção de medidas extraordinárias que as autarquias se veem forçadas a assumir.-----

O próximo ano financeiro vai ser caracterizado por enormes incertezas ao nível das receitas, porquanto não se antevê que possa haver uma retoma económica que permita a reposição dos valores de cobrança da antiga Sisa e, embora tenha havido o alargamento da base de tributação do Imposto Municipal sobre Imóveis, ninguém sabe ao certo como se vai comportar a sua cobrança.-----

Estas incertezas, aliadas à repetente obsessão pelo controlo do défice, imputando a quem para ele menos contribui – as autarquias – o ónus de bloquearem o normal desenvolvimento das suas actividades, demonstram bem a forma como este Governo vê o Poder Local.-----

Por nós, como disse, gostaríamos de poder optar por uma taxa mais moderada, mas não queremos pôr em causa a capacidade do Município de Odivelas de acorrer à satisfação das necessidades mais prementes das populações, prosseguindo na linha de tornar este novo Concelho num espaço com qualidade de vida, com preocupações solidárias e visão de futuro.-----

Estamos certos que, ultrapassados os piores momentos, o próximo Orçamento vai permitir contemplar valores mais baixos para o Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Tenho dito.-----

Odivelas, 16 de Dezembro de 2003.”-----

Francisco Pereira-----

“Votámos contra a proposta de valores máximas para o IMI porque consideramos que a população já está demasiado sobrecarregada com impostos, aumentos brutais de serviços e produtos básicos e ainda por cima a contenção salarial que o governo quer impôr – quando os portugueses já têm os mais baixos salários da União Europeia – está a conduzir à degradação da situação social de muitas famílias.-----

Segundo a União Europeia em Portugal vivem 2 milhões e 300 mil pessoas em situação de pobreza (23% população do país).-----

Apresentámos uma proposta alternativa que reduzia os valores e tinha um incentivo à recuperação de prédios degradados ou a necessitar de obras que não foi aceite pelo PS e PSD.-----

A Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas-----

Odivelas, 18 de Dezembro de 2003.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Luís Martins-----

Com a publicação do Decreto-Lei nº 287/2002, o Governo de Portugal pôs fim ao já moribundo Código da Contribuição Autárquica, código esse que permitia a desigualdade entre novos e antigos proprietários de imóveis, permitindo também a fraude e evasão fiscais. Quem nunca ouviu falar de edifícios antigos inteiros, completamente devolutos, que tinham por vezes valores patrimoniais iguais, ou mesmo inferiores, a algumas fracções autónomas tipo TO?-----

Este diploma legal vem também reforçar o papel dos Municípios quanto às avaliações e decisões sobre a concessão de benefícios fiscais. Lamenta-se porém, o facto da proposta ora votada e aprovada não aproveitar por inteiro todas as potencialidades do referido diploma legal, uma vez que nada é regulamentado no sentido de majorar ou minorar as taxas como forma de ordenamento do parque urbano concelhio.-----

O resultado da aplicação em concreto das taxas aprovadas é por ora desconhecido pelo que, tendo em consideração que o valor aplicado irá ser o valor máximo previsto na supra referenciado diploma legal, esta será uma situação que poderá ser revista no próximo ano depois de verificado em concreto o impacto que essas taxas terão, pelo que também se admite que as mesmas sofram uma correição em baixa.-----

Por tudo isto, o nosso voto foi favorável.-----

A bancada do PPD-PSD.”-----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma Proposta de Recomendação designada como **Proposta B - Taxas IMI**, que seguidamente se transcreve:-----

“Considerando que no actual quadro de dificuldades socio-económicas que o país atravessa, o agravamento deste imposto, com a aplicação da taxa máxima legalmente prevista, significará o indiscutível agravamento das condições de vida dos munícipes do concelho de Odivelas;-----

Considerando ainda a possibilidade de minorar as taxas do IMI, nomeadamente em prédios degradados, arrendados ou não, na perspectiva de tais deduções funcionarem como estímulo à recuperação e reabilitação do edificado e requalificação do espaço urbano:-----

A CDU propõe, que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal:-----

uma redução de 20% para os prédios urbanos reabilitados, por iniciativa dos seus proprietários ou no prazo de 6 meses a contar da notificação municipal para realização de obras, sempre a aplicar após o decurso do prazo de isenção legalmente previsto.-----

A Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas-----

Odivelas, 18 de Dezembro de 2003.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Posto à votação para discussão a mesma foi **Rejeitada por Maioria**, com os votos a favor da bancada da CDU e contra das bancadas do PS, PSD e CDS/PP.-----

Pelas 00h05m e após uma intervenção do líder da bancada da CDU, Francisco Pereira, que seguidamente se transcreve:-----

“A nossa declaração voto está entregue por escrito e é para informar que a bancada da CDU se vai retirar da sala, porque consideramos que o que acabou de se passar, que é, nem sequer ser admitida para votação, consideramos que ser derrotados na votação da proposta, tudo bem. Agora nem sequer ser admitida para votar, nós nesta situação não vamos participar no resto da reunião.”-----

Os seguintes Deputados Municipais da CDU, abandonaram a reunião:-----

Francisco Pereira, Fátima Amaral, Raquel Rodrigues, Adventino Pinheiro, José Gomes, Liberto Carvalho e os representantes das Juntas de Freguesia de Caneças: Armindo Fernandes e da Junta de Freguesia da Ramada: Maria João Tavares.-----

Manteve-se na reunião, o Deputado Municipal, da bancada da CDU, José Manuel Tudela, 1º Secretário da Mesa.-----

PONTO 4 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO PARA O ANO 2004-----

Presente para deliberação, o Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimos de Curto Prazo no Ano de 2004, de acordo com o proposto na informação nº 55/DFA/JF/2003, de 27.11.2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcreve:-----

“Tendo em conta o enquadramento legal que define a competência para autorizar a contracção de empréstimos nas Autarquias Locais, cabe referir nos termos da L. n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Lei das Autarquias Locais, que no seu art. 53º/2 al. d), compete à Assembleia Municipal:-----

“Aprovar ou autorizar a contracção de empréstimos nos termos da lei”.-----

Ainda, no n.º7 do mesmo preceito legal:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“Os pedidos de autorização para a contracção de empréstimos a apresentar pela Câmara Municipal, nos termos da al. d) do n.º2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município”.-----

Também, o n.º 6 do Art. 23.º da Lei das Finanças Locais estabelece o seguinte:-----

“A aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento para todos os empréstimos que a câmara venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.”-----

Nos termos do art. 64º/6 al. a), do mesmo diploma legislativo, é competência da Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos:-----

“Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art. 53º”.-----

Tendo por referência o desfasamento cronológico entre as receitas cobradas e as despesas efectuadas ao longo do ano, bem assim como as necessidades de tesouraria daí decorrentes, pretende-se que a Câmara Municipal delibere apresentar uma proposta de autorização que vise colmatar essas dificuldades temporárias de tesouraria.-----

Estima-se que o Município de Odivelas receberá, conforme a proposta de Orçamento de Estado para 2004, € 14.159.997,00 (catorze milhões, cento e cinquenta nove mil, novecentos e noventa e sete Euros) provenientes da sua participação no F.B.M., F.G.M. e F.C.M., a que corresponde um acréscimo de 2%, em relação ao ano em curso, pressupondo que seja esta a percentagem do aumento a fixar na Lei de Orçamento de Estado, nos termos da Lei das Finanças Locais. No caso de contracção de empréstimos a curto prazo, não poderá o seu montante médio anual exceder 10% das receitas provenientes destes fundos, conforme o estipulado no n.º 1 do art.º 24º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, alterado pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto (Lei das Finanças Locais). Nesta conformidade o nosso limite de endividamento municipal, no que aos empréstimos de curto prazo diz respeito, não poderão exceder, em média € 1.416.000,00 (um milhão quatrocentos e dezasseis mil Euros)-----

Assim, considerando:-----

1. O despacho do Sr. Presidente de 27 de Outubro de 2003, exarado na Inf. n.º 52/DFA/JF/2003, o qual fixa a data limite, 12 de Dezembro, para compromisso e pagamento dos processos de despesa do ano 2003;-----
2. Acresce ainda que os meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril são meses de carência ao nível da arrecadação de receitas para os municípios, atendendo a que a transferência da primeira prestação da Contribuição Autárquica (a substituir a partir do dia 1 de Dezembro pelo Imposto Municipal sobre Imóveis), só se efectua em finais do mês de Abril, inícios de Maio e que não se prevê nesse período, a entrada significativa de outras receitas municipais. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Assim, face ao exposto, é previsível a indispensabilidade da contracção de empréstimos de curto prazo que permitam satisfazer necessidades urgentes de tesouraria. -----

De acordo com a lei, os referidos empréstimos devem saldar-se até ao final do ano económico a que respeitam.-----

Como nota, os empréstimos de curto prazo, nos termos do P.O.C.A.L, são operações orçamentais.-

Sucintamente, ponho à consideração de V. Ex^a. o seguinte:-----

Que nos termos do art.º 53, n.º 2, al. d), e n.º 7 e 64º, n.º 6, al. a) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 6 do art. 23.º da Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal delibere solicitar uma autorização genérica à Assembleia Municipal para a contracção de empréstimo ou empréstimos de curto prazo até ao montante de € 3.000.000,00 (três milhões Euros).-----

Nos termos do n.º 1 do art. 24º, da Lei das Finanças Locais, o montante médio anual dos empréstimos deste tipo não podem exceder 10% das receitas provenientes da participação dos municípios nos F.B.M., F.G.M. e F.C.M. -----

À consideração superior, -----

O Director do Departamento Financeiro e de Aprovisionamento-----

João Fernandes, Dr.”-----

O Ponto foi posto à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção.-----

Posto à votação foi **Aprovado Maioria**, com os votos a **favor das bancadas do PS, do PSD e CDS/PP e com uma abstenção da bancada da CDU**.-----

PONTO 5 - PROJECTO DE TABELAS DE TAXAS E TARIFAS PARA 2004-----

Presente para deliberação o projecto de Tabela e Taxas e Tarifas para o ano 2004, de acordo com o proposto na informação nº 080/VMJ/03, de 03/12/2003 e de uma adenda proposta na informação nº 081/VMJ/03 de 2003 12 04, remetidas pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcrevem: -----

Informação nº 080/VMJ/03-----

“Senhor Presidente,-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Durante a decorrência do prazo de consulta pública a que o Regulamento Municipal da Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2004 esteve submetido, foram apresentados os seguintes contributos, no sentido da respectiva alteração:-----

1. A Comissão do Poder Local da Assembleia Municipal e a Junta de Freguesia de Odivelas vieram propor as seguintes alterações:-----

- a) Aditamento de um n.º 3 ao Artigo 14.º da Tabela de Taxas e Tarifas para 2004 com a seguinte redacção: -----

n.º 3 -- Para efeitos de ocupação da via pública com contentores de entulhos, referida no n.º 1, estão as empresas de aluguer de contentores obrigadas a identificar o locatário do contentor respectivo, devendo indicar o nome e residência ou denominação e sede social, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva, sempre que tal lhes for solicitado, sob pena de se tornarem responsáveis pela obtenção da licença e pagamento das taxas devidas.-----

Este aditamento deveu-se ao facto de o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e do Mobiliário Urbano ser omissivo quanto à regulamentação de situações relacionadas com a ocupação do espaço público com contentores destinados ao depósito de entulhos, não se fazendo referência ao artigo referido nos respectivos ofícios, devido à renumeração dos artigos provocada pelas alterações que o DGU introduziu em todas as normas respeitantes ao urbanismo.-----

- b) Supressão das alíneas a) e b) do n.º 1 do Art. 55.º, no sentido de apenas ser prevista a taxa de € 6,64 para as situações previstas no corpo do referido n.º 1.-----

Suprimidos, portanto, ao anterior texto:-----

- | | |
|-----------------------------------|------|
| a) Instalação e licença no 1º ano | 6,64 |
| b) Renovação de licença | 3,33 |

2. Por proposta do Departamento Jurídico e de Administração Geral, com despacho de concordância do Senhor Vereador José Esteves, os n.º 8, n.º 9 e n.º 11 do anterior Art. 28.º tiveram as seguintes alterações:-----

- a) Os valores actualmente propostos nos n.º 8 e n.º 9 do Art. 26.º sejam alterados para € 85, com IVA incluído;-----

- b) Supressão do n.º 11 do Art. 28.º, pois que os inquéritos a acidentes deverão ser assumidos pelo Município.-----

3. Por proposta do Departamento de Gestão Urbanística, com despacho de concordância do Senhor Vereador Sérgio Paiva, foram apresentadas numerosas alterações que, pela sua extensão, não nos é possível transcrever no texto desta informação, pelo que se remete a sua identificação para o documento que se junta em anexo à Informação n.º 103/DGU/DRLA/LB, de 3 de Dezembro de 2003, anexa a esta informação, sem prejuízo de, no texto da Tabela que ora se apresenta



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

aparecerem escritas a *Bold* e a *Itálico*, como, aliás, todas as outras alterações já referidas e, ainda, aquelas que, na anterior versão aprovada pela Câmara Municipal, já tinham sido modificadas.-----

Neste sentido, submeto à consideração de V.Exa. a necessidade de esta alteração ser presente à apreciação crítica e deliberação da Câmara Municipal, no sentido de a sua aprovação ser qualificada como proposta a ser apresentada à Assembleia Municipal, para aprovação.-----

Junto em anexo o Projecto de Proposta de Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2004, bem assim como os Ofícios da Assembleia Municipal e da Junta de Freguesia de Odivelas, a Informação n.º 149/DJAG/03, de 25 de Novembro de 2003 e a Informação n.º 103/DGU/DRLA/LB, de 3 de Dezembro de 2003, com as alterações propostas introduzir, juntas em anexo.-----

Nota: As alterações, como já foi referido, encontram-se destacadas a *Bold* e a *Itálico*.-----

O Assessor Jurídico-----
Victor Martins Jorge.”-----

“Informação n.º 081/VMJ/03-----

Senhor Presidente,-----

Por lapso, no texto do Projecto de Proposta Final da Tabela de Taxas e Tarifas não foi identificada, na fórmula de cálculo da Taxa Municipal de Urbanização estabelecida no n.º 1 do Artigo 25.º, a letra identificativa da variável correspondente ao Valor da Área (m²) estimada para a zona de referência, que é Ω .-----

Desta forma, solicito a V.Exa. que seja realizada a substituição das folhas correspondentes na Tabela, enviada aos serviços da S.A.O.M., pelas que se juntam em anexo.-----

Ainda, se V.Exa. me permite dizer, as propostas de alteração apresentadas pelo Departamento de Gestão Urbanística corresponderam a um trabalho de fundo de grande qualidade técnica, quer na completude da sua conformidade legal com a nova disciplina jurídica urbanística que se encontra em vigor, quer, o que é mais impressionante e revelador da proficiência e competência dos técnicos do DGU, na apresentação de um documento que intenta, julgo que com sucesso, integrar e reflectir a interacção entre a realidade concelhia, em termos urbanísticos, e o necessário incentivo e defesa dos valores de uma Administração Autárquica que procura prevalecer-se de um espírito de modernidade e interveniência participativa na conformação da disciplina da propriedade fundiária e da prossecução dos interesses próprios das populações residentes no Município de Odivelas, nos termos da Constituição da República.-----

O Assessor Jurídico-----
Victor Martins Jorge.”-----

O Ponto foi posto à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Posto à votação foi **Aprovado Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, do PSD e CDS/PP e com uma abstenção da bancada da CDU.

Foi apresentada, pela bancada do PSD uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve:

“Tendo em consideração:

- que o país atravessa, uma das maiores crises económicas por que já passou, mercê de políticas macro económicas e financeiras desajustadas, desadequadas e ineficientes até ao início de 2002;--
- que está a ser feito um grande esforço nacional para que as contas públicas sejam restabelecidas, por forma a tornar Portugal um país mais produtivo e competitivo;-----
- que o PPD-PSD de Odivelas sempre defendeu, uma actualização das taxas e tarifas dentro da taxa de inflação prevista para o ano da aplicação dessa actualização;-----

O PPD-PSD de Odivelas não poderia assim deixar de votar favoravelmente a manutenção das actuais taxas e tarifas para o próximo ano, pois esta posição é aquela que, teleologicamente, mais se aproxima à nossa posição desde sempre.-----
Odivelas, 2003.12.18.”-----

PONTO 6 - PROJECTO DE REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS-----

Presente para deliberação, o Projecto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, de acordo com a proposta datada de 30 de Outubro de 2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003.-----

Deliberado, por **Unanimidade**, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 7 - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E INSPECÇÃO DE ASCENSORES, MONTA – CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES

Presente para deliberação, a Proposta de Regulamento Municipal de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta - Cargas e Tapetes Rolantes, de acordo com o proposto pelo Senhor Vereador José Esteves pelo despacho exarado em 17.11.2003 na informação nº 32/STN/GVJE/03, de 2003.11.14, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcreve:

“INFORMAÇÃO 32/STN/GVJE/03: -----

“Conforme solicitado superiormente, procedeu-se à elaboração do projecto de Regulamento Municipal de Manutenção, Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes. -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR: -----

“Tomei Conhecimento e Concordo.-----

À atenção do Sr. Presidente da Câmara – URGENTE – a presente proposta, visando a aprovação pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de um Regulamento Municipal que enquadre o exercício por esta Câmara das competências previstas no D.L. 320/2002.”-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE: -----

“À S.A.O.M. -----

Para incluir na O.T. da próxima Reunião de Câmara de 26 de Dezembro.”-----

O Regulamento Municipal de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes fará parte integrante da presente acta.-----

Registaram-se as ausências da sala dos Deputados Municipais Paula Nobre e Luís Martins, pela bancada do PSD.-----

O Ponto foi posto à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção.-----

Posto à votação foi **Aprovado Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS, 8 votos da bancada do PSD e 1 da bancada do CDS/PP e com uma abstenção da bancada da CDU.-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

PONTO 8 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE VENDA AMBULANTE

Presente para deliberação, a Proposta de Regulamento de Venda Ambulante, de acordo com a proposta datada de 30 de Outubro de 2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003

Deliberado, por **Unanimidade**, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.

PONTO 9 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE VENDA EM FEIRAS E MERCADOS MUNICIPAIS

Presente para deliberação, a Proposta de Regulamento de Venda em Feiras e Mercados Municipais, de acordo com a proposta datada de 30 de Outubro de 2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003.

Deliberado, por **Unanimidade**, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.

PONTO 10 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE INSTALAÇÕES E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Presente para deliberação, a Proposta de Regulamento de Instalações e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos, de acordo com a proposta datada de 30 de Outubro de 2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003.

Deliberado, por **Unanimidade**, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

PONTO 11 - PROJECTO DE REGULAMENTO PARA O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002 DE 25 DE NOVEMBRO E NO DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DEZEMBRO

Presente para deliberação, a Proposta de Regulamento para o Licenciamento das Actividades Diversas Previstas no Decreto-Lei Nº 264/2002 de 25 de Novembro de 18 Dezembro e no Decreto Lei Nº 310/2002, de acordo com a proposta datada de 30 de Outubro de 2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003.

Deliberado, por **Unanimidade**, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.

PONTO 12 - ADITAMENTO DE UM Nº2 AO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DO MOBILIÁRIO URBANO

Presente para deliberação, o aditamento de um nº2 ao Artigo 10º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e do Mobiliário Urbano, de acordo com o proposto na informação nº079/03, de 02.12.03, remetido pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003.

Deliberado, por **Unanimidade**, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.

PONTO 13 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO NOVO REPRESENTANTE DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DA ÁREA DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

Presente para deliberação, as Propostas de Indicação de Novo Representante das Forças de Segurança, Senhor Sub Comissário Oscar Gil Dias da Silva Catarino bem como o Representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e do Desporto, o Senhor Dr. Luís Gomes da Costa, Delegado Distrital de Lisboa do Instituto do Desporto de Portugal, de acordo com o proposto na informação nº10/AID/03, de 02.12.03, e na proposta datada de 04.12.2003 respectivamente, remetidas pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovadas na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcreve:



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Informação nº 010/AID/03-----

“PROPOSTA-----

Na 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 02 de Julho de 2003, foi aprovada a proposta de Constituição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas, sendo de seguida submetida à 2ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária de assembleia Municipal para deliberação, conforme previsto no Dec. Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, no seu art.º 6º.-----

Tendo em conta que na proposta então aprovada, foi indicado como representante das Forças de Segurança, o Senhor Subcomissário Vítor Manuel Brígida Rodrigues, da 71ª Esquadra da PSP de Odivelas, entretanto substituído no Comando da mesma Esquadra, vem agora o Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública – Divisão de Loures, propor a sua substituição no Conselho Municipal de Educação pelo actual Comando, Senhor Subcomissário Óscar Gil Dias da Silva Catarino.-----

Em anexo ofício da Polícia de Segurança Pública / Divisão de Loures-----

A Técnica Superior Assessora-----

Isabel Dias.”-----

O Ponto foi apresentado pela Senhora Presidente e posteriormente posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**.-----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e CDS/PP, com uma abstenção da bancada da CDU**.-----

PONTO 14 - ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ALUGUER OPERACIONAL DE TRINTA E TRÊS VIATURAS PELO PERÍODO DE QUARENTA OITO MESES-----

Presente para deliberação, a Abertura do Procedimento Concursal Para Aluguer de Trinta e Três Viaturas Pelo Período de Quarenta Oito Meses, de acordo com o proposto na informação nº 208/DTO/03, de 28.11.2003, remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 09.12.2003, que seguidamente se transcreve:-----

Informação nº 208/DTO/2003-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“Exmº Senhor Vereador, -----

Considerando o facto da frota municipal própria ser insuficiente para dar resposta às necessidades das diversas unidades orgânicas;-----

Considerando que o anterior procedimento concursal para a locação de cinquenta viaturas foi anulado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 18 de Março do corrente, tendo em vista, entre outros, o reajustamento das necessidades de viaturas por parte das diversas unidades orgânicas e uma melhor racionalização dos recursos a afectar a este fim;-----

Considerando que as necessidades que agora se propõe suprimir resultam do referido reajustamento, encontrando-se estabilizado o número de viaturas necessárias para dar resposta às solicitações dos diversos serviços municipais.-----

Propõe-se a V. Exª que sejam tomadas diligências tendo em vista a autorização para o lançamento de um concurso público internacional para o aluguer operacional de trinta e três veículos automóveis ligeiros, pelo período de 48 meses, sendo constituído pelas seguintes partes:-----

- Parte I: 18 veículos automóveis ligeiros de passageiros, com cinco lugares, com motor a gasolina e cilindrada compreendida entre 950 e 1.200 c.c.;-----
- Parte II: 4 veículos automóveis ligeiros de passageiros, tipo pequeno furgão, com cinco lugares, com motor a gasolina e cilindrada compreendida entre 1100 e 1400 c.c., .ou a *diesel* com cilindrada compreendida entre 1300 c.c. e 2000 c.c.;-----
- Parte III: 4 veículos automóveis ligeiros de passageiros, tipo furgão, com nove lugares, motor a *diesel* e cilindrada compreendida entre 1800 e 2500 c.c.;-----
- Parte IV: 4 veículos automóveis ligeiros comerciais, com dois lugares, tipo furgão, motor a *diesel* e cilindrada compreendida entre 1300 e 2000 c.c.;-----
- Parte V: 3 veículos automóveis ligeiros de passageiros, com cinco lugares, quatro portas (três volumes), motor a *diesel* e cilindrada compreendida entre 1400 c.c. e 2000 c.c.-----

Este procedimento tem como despesa de referência € 764 000 (setecentos e sessenta e quatro mil euros), cuja cabimentação se propõe, na rubrica 06.02 / 02 02 06 – Aquisição de bens e serviços – Material de transporte, nos seguintes termos: -----

Anos económicos	Nº meses	Valores a cabimentar
2004	9	143.250,00
2005	12	191.000,00
2006	12	191.000,00
2007	12	191.000,00
2008	3	47.750,00



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Totais	48	764.000,00
--------	----	------------

As peças que instruirão o presente procedimento, as quais se anexam para apreciação, são:-----

- Caderno de encargos; -----
- Programa de concurso;-----
- Anexos I a III;-----
- Anúncio (projecto).-----

Solicita-se ainda, nos termos art.º 90º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a designação do júri para realização do referido procedimento, desde já se propondo a seguinte composição:-----

- Presidente – Dr. António Antunes-----
1º vogal efectivo – Eng.º Filipe Taveira-----
- 2º vogal efectivo – Dr. Fernando Gonçalves-----
- Vogais suplentes – Sr. Alfredo Antunes e Sr. Júlio Lourenço-----

Propõe-se igualmente que o 1º vogal efectivo substitua o presidente nas suas faltas e impedimentos.-----

Nos termos do art.º 159º, n.º 3 do mesmo diploma, propõe-se que a realização da audiência prévia seja delegada no júri do concurso.-----

À Consideração superior,-----

Pelo Director do Departamento de Transportes e Oficinas-----

Vitorino Rodrigues.”-----

O Ponto foi posto à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção.-----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, com uma abstenção da bancada da CDU e com uma abstenção da bancada do CDS/PP.**-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

A Senhora Presidente informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, não se tendo registado nenhuma intervenção..-----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente declarou encerrada a Reunião pelas 00h30m**, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pela Senhora Presidente.-----

Com base na supra referida Minuta, foi lavrada a presente Acta que, depois de lida pelo 1.º Secretário, José Maria Tudela, e aprovada pela Assembleia Municipal, vai ser assinada pelo 1.º Secretário acima mencionado, pelo 2.º Secretário, Alcina Trindade e pela Sra. Presidente, Susana de Fátima Carvalho Amador.-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----

A Senhora Presidente:-----
